



O HABITAR E AS EXPRESSÕES DE DESIGUALDADE INTRAURBANAS

JESSICA LARISSA PESSOA DE MELO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JESSICA LARISSA PESSOA DE MELO

O HABITAR E AS EXPRESSÕES DE DESIGUALDADE INTRAURBANAS:
O caso de Campina Grande, Pb.

Campina Grande
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JESSICA LARISSA PESSOA DE MELO

O HABITAR E AS EXPRESSÕES DE DESIGUALDADE INTRAURBANAS:
O caso de Campina Grande, Pb.

Trabalho de Graduação submetido ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^o Dra. Kainara Lira dos Anjos.

Campina Grande
2018

JESSICA LARISSA PESSOA DE MELO

O HABITAR E AS EXPRESSÕES DE DESIGUALDADE INTRAURBANAS:
O caso de Campina Grande, Pb.

Trabalho de Graduação submetido ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^ª Dra. Kainara Lira dos Anjos.

Aprovado em: 08 de agosto de 2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kainara Lira dos Anjos (Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande

Profa. Dra. Lívia Izabel Bezerra de Miranda (Examinadora interna)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Mauro Normando Macedo Barros Filho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Campina Grande

Me. Adjael Maracajá de Lima (Examinador externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

“[...] “habitar” era participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras, essa qualidade, esse atributo. Ela permitia que os cidadãos-cidadãos habitassem.” (LEFEBVRE, Henri)

AGRADECIMENTOS

Preciso iniciar meus agradecimentos com essa oração desconcertada, mas tão sincera, pois entendo que há muito mais do que eu poderia agradecer. Ao meu Deus, que é também o Deus dos meus pais e dos meus avós, por ter permitido que a fé chegasse até mim, invisível e tão profundamente real. Como tão bem descreveu CS Lewis, como o sol que nasce todo dia, através dela eu enxergo tudo ao meu redor. Resolvo pôr em palavras também a gratidão pelo cuidado silencioso e constante, e pela graça, que permite que todas as outras coisas sejam possíveis.

Estou a alguns dias de entregar esse trabalho final, e a possibilidade de parar o medo e o nervosismo para olhar o caminho percorrido é um suspiro aliviado. São tantos e tão diferentes os motivos que tenho para ser grata, que me apresso em fazer uma lista mental de todas as pessoas que fizeram parte, direta ou indiretamente dele, sabendo do risco inevitável de ser injusta pela ausência de alguém (e desde já me desculpando). Espero poder demonstrar diariamente minha gratidão, para além do que possa escrever.

Aos meus pais, que dedicam a vida a mim e as minhas irmãs. O amor com que vocês, voluntariamente, nos amam, faz parte de cada pedaço de quem eu sou. Obrigada porque vocês sempre estiveram lá. Por nunca terem medido esforços para que nos fosse possível sonhar, eu sei que nem sempre foi fácil. Por terem me permitido chorar, ter medo, dizer que eu ia desistir. E por terem me mostrado uma força que eu nem sabia que tinha, mas que hoje eu sei que veio de vocês. Por cada quilometro percorrido pra acabar com a saudade, ou pra que eu não me sentisse sozinha. Por fazerem da nossa casa o melhor lugar do mundo, pra onde eu sempre vou querer correr de volta, onde quer que eu esteja. Eu sei que eu vou passar a vida tentando agradecer a vocês dois por serem meus pais, e vou falhar todas as vezes por ser tão pouco. Obrigada por isso, também.

Às minhas irmãs. Bela, quando eu tive que encarar a maior mudança da minha vida, eu sei que eu não teria conseguido se você não tivesse sido minha roommate. Obrigada por cuidar de mim desde que eu nasci sis, eu nunca fui sozinha porque nós sempre tivemos uma a outra. Laura, minha sisinha, obrigada por sempre ter sido meu colo, bem mais do que eu sou pra você. Por todas as coisas que me diz e que são exatamente o que preciso ouvir, ainda que você nunca ache que é. Por ter me escrito aquela carta no meu aniversário. Obrigada por me conhecerem melhor do que eu me conheço, e por me mostrarem por onde ir quando eu não sei.

À tia Dêdê, são poucas as pessoas que tem o privilégio de ter duas mães. Obrigada por sempre ter torcido por mim e orado a cada novo desafio. Espero que a senhora saiba o quanto te amo. Ao meu cunhadinho Ítalo, por ter encaixado tão perfeitamente na nossa família, se tornando o irmão que nós não tivemos.

Às minhas outras irmãs, Carol, Natália e Ruiva. É impossível ter alguma lembrança que vocês não estejam lá, e isso é tão grande. Obrigada porque desde o momento icônico da falsa aprovação até esses dias que chegam, vocês estão sempre comigo. Aos meus tios, tias e avós, por cada encontro, por mais breve que fosse, e que sempre recarregou as energias. Aos meus amados avós, Jair e Abílio, que tanto se orgulhavam das nossas conquistas, como eu queria que estivessem comigo nesse momento!

A Mitch, mon ami. Hoje terminei de assistir Ludwig, e você tinha toda razão. Fiquei alguns momentos petrificada pela beleza. Obrigada por amar o cinema, a arquitetura, e por ter encontrado uma maneira de me amar também, apesar das nossas impossibilidades. O tempo e o espaço podem ser menores do que a gente aprende.

Aos meus queridos amigos, em especial Josy e Caio, porque a distância nunca impediu a preocupação com a felicidade do outro. À minha amada Igreja, que estendeu as paredes e se tornou minha família.

RESUMO

As cidades brasileiras, inseridas em um contexto capitalista, são comumente reprodutoras de desigualdades que se manifestam no espaço urbano. Uma das formas mais expressivas dessa desigualdade é no tocante a provisão de habitação e conseqüentemente, no direito a cidade. A presente pesquisa tem como objetivo a análise das desigualdades intraurbanas através do olhar sobre a habitação, tomando como objeto de estudo a cidade média de Campina Grande. Partindo do estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, intitulado Tipologia Intraurbana: Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil, realiza-se uma adaptação da metodologia utilizada. Para tanto, foi utilizada a metodologia desenvolvida por Barros Filho (2006) e adaptada por Anjos (2013) na aplicação de índices e elaboração de mapas temáticos. As análises dos produtos apresentados objetivam promover o debate acerca da produção e gestão das cidades, esperando contribuir com a formulação de novas políticas habitacionais.

Palavras-chave: Estudos Urbanos, Habitação, Desigualdades socioespaciais.

ABSTRACT

Placed in a capitalist context, Brazilian cities commonly reproduce inequalities that are manifested in urban space. One of the most expressive forms of this inequality is in the housing provision and, consequently, in the right to the city. The present work has as objective analyze intraurban inequalities through the habitational view, using as object of study the medium-sized city of Campina Grande. Taking as starting-point the study developed by Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), entitled Intra-urban Typology: Spaces of Socioeconomic Differentiation in Brazilian Urban Concentrations, its methodology is adapted. For that, the methodology developed by Barros Filho (2006) and adapted by Anjos (2013) is used in the application of indicators and elaboration of thematic maps. Products' analyses presented aim to promote the debate about cities' production and management, hoping to contribute to formulation of new housing policies.

Key-words: Urban Studies, Housing, Socio-spatial inequalities.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1. Capa do Trabalho, Bairro do Louzeiro, CG.

Fonte: Hugo Monteiro.

Imagem 2. Imagem de Satélite do Bairro Centro, CG.

Fonte: SIG CG.

Imagem 3. Organização do Trabalho.

Fonte: Elaboração: Jessica Melo.

Imagem 4. Imagem de Satélite do Bairro Três Irmãs, CG.

Fonte: SIG CG.

Imagem 5. Imagem de Satélite do Bairro Catolé, CG.

Fonte: SIG CG.

Imagem 6. Organograma Síntese da Metodologia do IBGE.

Fonte: Elaboração: Jessica Melo

Imagem 7. Mapa 1 de Procedimentos realizados na Tipologia Intraurbana IBGE. Fonte: IBGE.

Imagem 8. Mapa 2 de Procedimentos realizados na Tipologia Intraurbana IBGE. Fonte: IBGE.

Imagem 9. Imagem de Satélite do Bairro Pedregal, CG.

Fonte: SIG CG.

Imagem 10. Mapa de Campina Grande.

Fonte: Elaboração: Jéssica Melo.

Imagem 11. Mapa da Paraíba. Fonte: Elaboração: Jéssica Melo.

Imagem 12. Mapa de Campina Grande no ano de 1907.

Fonte: Queiroz, 2008.

Imagem 13. Mapa de Campina Grande no ano de 1943.

Fonte: Queiroz, 2008.

Imagem 14. Mapa de Bairros de Campina Grande.

Fonte: Elaboração: Jéssica Melo.

Imagem 15. Mapa Conjuntos Habitacionais e ZEIS.
Fonte: Elaboração: Jessica Melo.

Imagem 16. Imagem de Satélite do Bairro Jeremias, CG.
Fonte: SIG CG.

Imagem 17. Mapa Indicador Renda.
Fonte: Elaboração: Jéssica Melo.

Imagem 18. Gráfico de valor por m² em bairros de CG.
Fonte: Barboza, 2013.

Imagem 19. Casas em áreas de risco na Comunidade Rosa Mística. Fonte: Igor Michel.

Imagem 20. Prédios no bairro Santo Antônio. Fonte: Igor Michel.

Imagem 21. Mapa Indicador Alfabetização.
Fonte: Elaboração: Jéssica Melo.

Imagem 22. Comércio informal em frente ao Conjunto Habitacional Major Veneziano. Fonte: Acervo GPHeC.

Imagem 23. Casas em situação de risco às margens do canal na ZEIS Califon. Fonte: Dayanne Stalschus.

Imagem 24. Prédios no entorno do Açude Velho.
Fonte: Igor Michel.

Imagem 25. Dualidade entre condomínio fechado e conjunto habitacional. Fonte: Andrade Marinho. Adaptação: Jéssica Melo.

Imagem 26. Mapa Indicador Domiciliar ID.
Fonte: Elaboração: Jessica Melo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Variáveis do Índice de Renda

Quadro 2. Variáveis do Índice de Alfabetização

Quadro 3. Variáveis do Índice Sanea

Quadro 4. Variáveis do Índice Tipo

Quadro 5. Variáveis do Índice Ocupa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO p.14

1

REFERENCIAL TEÓRICO

p.20 URBANO FRAGMENTADO

p.25 O HABITAR

p.32 ÍNDICES E ANÁLISES DO ESPAÇO URBANO

2

METODOLOGIA

p.37 METODOLOGIAS-BASE

p.42 ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA

3

CONTEXTUALIZAÇÃO p.51

4

ANÁLISES

p.60 CARACTERIZAÇÃO INTRAURBANA

p.63 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

p.73 ANÁLISE HABITACIONAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS p.87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS p.91

An aerial, black and white photograph of a city, likely Rio de Janeiro, showing a dense urban grid. A large, dark, irregularly shaped lake is visible in the lower right quadrant. The text 'INTRODUÇÃO' is overlaid in white at the bottom.

INTRODUÇÃO

A produção das cidades em um contexto capitalista reproduz padrões que são determinantes na distribuição do direito à cidade. Uma vez que o solo é dotado de valor econômico, as relações de poder que constroem o espaço urbano determinam quais são as parcelas da sociedade que terão acesso as peças do grande conjunto de fragmentos que é a cidade. Assim, a posse de uma renda se coloca como requisito imprescindível no tocante à ocupação do espaço, como coloca Singer (1978), o que culmina em uma expressiva reprodução de desigualdades na escala intraurbana.

Nesse contexto, o direito à moradia digna assegurado pela Constituição Federal de 1988 se vê ameaçado, uma vez que o habitar – em todas as suas expressões – passa a ser um privilégio concedido a poucos, enquanto uma grande parte da população se vê segregada aos espaços menos valorizados da cidade. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar as formas que se expressam as desigualdades intraurbanas sob a ótica do acesso à moradia, elegendo a cidade de Campina Grande como objeto de estudo. Entende-se que a adoção de uma escala intraurbana é essencial para conferir ferramentas que auxiliem em melhores práticas de planejamento e gestão urbanas, gerando possibilidades de atenuar as desigualdades reproduzidas no ambiente das cidades.

No ano de 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, publicou a pesquisa intitulada “Tipologia Intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil”. Esse estudo tinha por objetivo retomar uma linha investigativa acerca da urbanização contemporânea brasileira e suas ramificações socioespaciais, somando-se a outros estudos também realizados pelo IBGE e de igual importância como a Divisão urbano-regional (2013) e Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil (2016). Baseado na construção de uma Tipolo

gia Intraurbana, a pesquisa procura aprofundar o conhecimento referente as diferenciações socioeconômicas e estruturais em relação as áreas residenciais das 63 maiores concentrações urbanas do Brasil, abrangendo no total 435 municípios. O texto destaca:

A diversidade de áreas nas cidades com características econômicas e sociais distintas ocorre devido a alguns fatores, dentre eles a valorização de lugares para moradia, ou para executar atividades econômicas, dentre outros. As áreas centrais de negócios e serviços, bairros residenciais, subcentros de comércio e condomínios industriais, por exemplo, são porções do território que se distinguem e se diferenciam no tecido urbano. (IBGE, 2017, p. 7)

É notável a necessidade de pontuar os interesses que circundam a produção do espaço e hierarquizam o direito à cidade e como isso reflete na distribuição (ou não distribuição) de habitação para as diferentes parcelas da população. Evoca-se assim os agentes produtores do espaço, que segundo definição de Correa (1989), são peças fundamentais para a compreensão da configuração urbana.

Com base no estudo mencionado, a presente pesquisa tem como ponto de partida uma adaptação da metodologia desenvolvida pelo IBGE, visando a construção de uma análise socioespacial de como o direito à moradia tem sido assegurado em uma cidade de médio porte (Campina Grande/PB), visto que a maioria dos estudos tem se concentrado nas grandes Metrópoles. Visa também contribuir com uma análise crítica às formas de fazer e gerir as cidades, e possibilitar a reprodução da metodologia adaptada em outras cidades de médio e de pequeno porte, auxiliando nas capacidades administrativas que são geralmente frágeis e desarticuladas com as questões urbanísticas.

Além da publicação do IBGE, foram tomadas como base para a construção da metodologia as teses de Barros Filho (2006) e Anjos (2013), assim como demais leituras bibliográficas que compartilham do universo do tema. Utiliza-se como fonte principal o Sinopse Por Setores Censitários para o Universo do Censo Demográfico do IBGE 2010, uma vez que se trata de uma fonte oficial e de fácil acesso, gerando uma estrutura simples e de fácil replicação. Apesar de se tratar de dados não-atualizados, busca-se comparar frações urbanas diferentes, gerando uma análise espacial antes de vir a ser uma análise temporal.

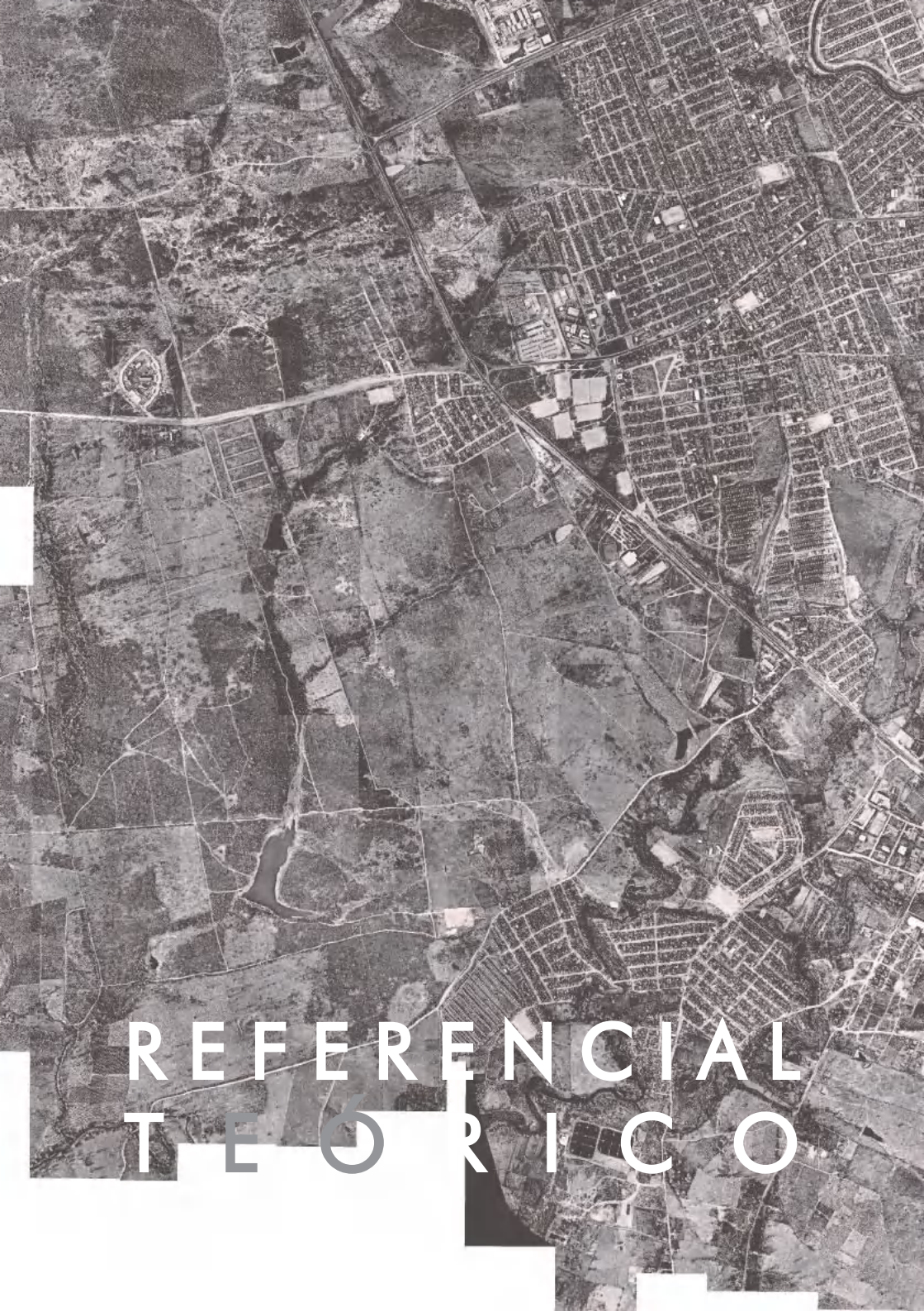
O texto encontra-se estruturado em 04 capítulos, além desta Introdução e das Considerações finais, onde no capítulo 01 discorre-se acerca das desigualdades expressas no contexto urbano, assim como reflexões sobre os modos de produção e gestão das cidades, que acabam por acentuar tais desigualdades. A questão habitacional e o direito à moradia, assim como a forma que esses fenômenos afetam a qualidade de vida dos moradores e o seu direito à cidade, são assuntos abordados nesse capítulo de embasamento teórico para as discussões realizadas posteriormente.

O Capítulo 02 descreve a metodologia desenvolvida pelo IBGE e as adaptações feitas para a construção metodológica do trabalho, assim como apresenta os demais estudos tomados como base para elaboração da mesma. O Capítulo 03 contém a contextualização do objeto de estudo, a cidade de Campina Grande, sob o olhar das discussões propostas.

Por fim, o Capítulo 4 contém aplicação da metodologia desenvolvida e as análises da caracterização gerada como produto final.

REFERENCIAL TEÓRICO	METODOLO GIA	CONTEXTO-ANÁLISES LIZAÇÃO	ANÁLISES
1	2	3	4

Apesar de partir da premissa de que a cidade capitalista é por natureza desigual, e construída na lógica centro-periferia, onde os serviços urbanos se irradiam neste caminho e tornam-se gradativamente mais insuficientes uma vez que a distância deste centro aumenta (SINGER, 1978), o trabalho evidencia a importância de dar um caráter científico ao senso comum, para criação de políticas públicas que atuem efetivamente na desconstrução e combate à produção de cidades pautadas na desigualdade.



REFERENCIAL
TEÓRICO

“Um tapete sem dono, onde cada um põe suas tramas sem tecê-las na coerência da unidade de cidade”

[Sposati, 2001]

URBANO FRAGMENTADO

○ Espaço Urbano em sua organização espacial naturalmente se apresenta em fragmentos: porções residenciais, comerciais, industriais, áreas de expansão e concentração, que se articulam entre si formando a malha da cidade. Em se tratando de um contexto capitalista, porém, essas articulações são regidas por uma sociedade de classes, sendo a desigualdade “característica própria do espaço urbano capitalista” (CORREA, 1989). Dito isto, Maricato (2003) discorre acerca da exclusão social:

A exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania. (MARICATO, 2003, p.153)

Para além do traçado que espontaneamente ou previamente projetado delimite o perímetro em que se manifestará a vida na cidade, a estrutura sociológica determina a configuração em que o espaço urbano se assenta. Remetendo a já citada lógica capitalista que vigora nas cidades brasileiras, a pirâmide hierárquica que distribui as relações de poder está diretamente ligada ao nível de renda que se possui, gerando uma monopolização do espaço por uma classe dominante. Ainda segundo Correa (1989), o espaço é modelado por agentes produtores, sendo eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e o Estado. Estes modelam o espaço urbano segundo seus interesses.

Desde a revolução industrial, os trabalhadores das indústrias e seus baixos salários, em parte excluídos do mercado imobiliário, recorriam às favelas para estabelecerem suas moradias. Essa classe compunha

o que ficou conhecido como “produtivo excluído”, modelando as dinâmicas territoriais. No Brasil, a partir do ano de 1850, essa problemática se intensifica e se alastra até os dias de hoje, quando com a promulgação da lei de terras e a demarcação previa do terreno a ser ocupado, a terra recebe conotações mercadológicas. Como relata (ROLNIK, 1997):

“Foram duas as implicações imediatas dessa mudança: a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição efetiva de ocupação e a sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria” (ROLNIK, 1997, p. 23)

O Artigo 1º da Lei nº601 determina que “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, o que automaticamente vincula a terra a ideia de ser um bem de consumo, gerando gradativamente ao longo dos anos uma privatização do espaço como meio de produção incorporado ao capital (BOTELHO, 2007).

É nesse contexto que a ação dos agentes produtores do espaço pode ser melhor compreendida. O Estado, que deveria garantir a todos os moradores da cidade iguais condições de acesso aos bens e serviços urbanos, acaba por permitir a hegemonia do mercado nos mais diferentes setores, o que acentua a reprodução de desigualdades socioespaciais. É essa condição que priva uma grande parcela da população do que Lefebvre chamaria de “positividades do urbano”¹, sendo relegados a áreas inóspitas que afetam a sua qualidade de vida.

¹ Por “positividades do urbano” entende-se o acesso a infraestrutura e serviços da cidade.

Por sua vez, os promotores imobiliários jogam com as peças da cidade traduzidas em lotes, promovendo a especulação imobiliária que se opõe a função social da propriedade determinada pela Constituição de 1988. Assim, as porções da cidade vão se distanciando cada vez mais através de barreiras invisíveis que interrompem o convívio, separando mais profundamente as classes sociais.

Segundo Lojkine (1997) existem 5 formas principais de segregação socioespacial, a saber:

1. Centro – periferia;
2. Zonas privilegiadas – zonas populares;
3. Zoneamento de funções urbanas;
4. Nível de oferta de equipamentos coletivos (“sub-operários” – “super-burguesia”) e
5. Nível de transportes no trajeto casa x trabalho (a dualidade entre transportes públicos e automóveis privados).

Como aponta Maricato (2003), “a segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma”. A tendência centro – periferia¹ se repete na grande maioria das cidades, uma vez que tem relação com a provisão de infraestrutura nessas áreas e a consequente valorização do solo. O paradoxo se revela uma vez que aqueles que mais necessitariam de menores distâncias e políticas governamentais para obter qualidade de vida, são os que mais se distanciam disso no espaço urbano, enquanto os que possuem condições financeiras para tanto, continuam recebendo investimentos. O que nos leva à ideia de Zonas privilegiadas em oposição às zonas populares, citadas acima.

○ Zoneamento de funções urbanas, duramente criticado por Jacobs (1961) por romper com as noções de diversidade que

¹ Vale salientar que para fins desse trabalho a tendência centro-periferia é compreendida como o trajeto entre a região central da cidade e suas bordas.

mantém a vida nas ruas, confere monotonia a espaços que deveriam promover o encontro e a troca de relações. Tal condição agrava as tendências de violência dominantes, uma vez que não buscam a diversidade de usos durante todas as horas do dia.

A oferta de equipamentos coletivos, assim como a dualidade entre transportes públicos e privados, aponta para um dos grandes problemas das cidades fragmentadas: a dominação do individual sob o coletivo. Uma vez que se perde a noção de coletividade, a busca por interesses privados agrava a reprodução de desigualdades. Um exemplo importante é a proliferação de Shopping Centers como principal fonte de lazer atualmente, um ambiente coletivo, porém privado, que tem no consumo sua única fonte de entretenimento. Desse modo, aqueles que não fazem parte da classe social admitida nesses ambientes de consumo, seguem excluídos da dinâmica cidadina. Os parques públicos e praças, geralmente acabam por cair no abandono, virando foco de violência e consumo de substâncias ilícitas, afastando a população das suas dependências.

Quando esses elementos são combinados e há uma grande carência (ou ausência) na provisão dos mesmos aos seus moradores, o direito à cidade é negado. Parte dessa negação se dá por uma busca desenfreada pela modernização e progresso, resultando em uma urbanização excludente (MARICATO, 2003). Muitos autores apontam, inclusive, a lógica perversa de que a exclusão é um instrumento do planejamento, e não fruto da sua ausência (FAULHABER, 2012). A ideia de Lefebvre de direito à cidade traduz-se, portanto, em “um grito e uma demanda”.

“Se a cidade
não é um bom
lugar para
morar, pra
que serve a
cidade?”

[Urbano..., 2007]

○ HABITAR

Há pelo menos três condições básicas para que uma pessoa possa viver com dignidade: alimentação, saúde e moradia adequadas. A habitação configura, portanto, como elemento fundamental na conferência da dignidade humana, sendo imprescindível essa discussão no âmbito das cidades. Segundo a publicação *Direito a Moradia da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República*:

Os seres humanos são criaturas frágeis e, por questões físicas e fisiológicas, seus corpos precisam de abrigo. Os seres humanos necessitam de lugares onde possam se proteger de condições climáticas desfavoráveis: do frio e do calor excessivo, das chuvas, dos ventos e da neve. Precisam de locais onde possam estar resguardados dos perigos da natureza e também dos perigos das ruas. (SDH/PR, p.9)

Não só no tocante aos aspectos físicos, os aspectos emocionais, fisiológicos e intelectuais que compõem o ser humano são mantidos com qualidade quando da provisão de uma moradia adequada. É importante pontuar essas definições básicas, uma vez que são elas que fazem com que o direito à moradia seja um direito universal, assegurado não somente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas por meio da Constituição Federal de 1988.

Segundo o filósofo Henri Lefebvre (1991), existe uma diferença entre habitar e habitat. O habitar se vincula, não só a habitação em si, mas ao conjunto de subjetividades necessárias a reprodução da vida e dignidade humanas, incluindo as relações sociais. O habitat, por outro lado, se refere à construção e simplificação do ser humano a suas funções elementares como: comer, dormir, reproduzir-se.

Desse modo, entende-se que o direito à moradia, muito mais do

que a provisão da habitação, abarca um conjunto de necessidades e de uma dimensão simbólica a serem atendidas.

Ainda de acordo com a mesma publicação, alguns requisitos são levados em consideração na definição do que seria uma moradia adequada, a saber:

1. Segurança da posse
2. Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura
3. Economicidade
4. Habitabilidade
5. Acessibilidade
6. Localização
7. Adequação cultural

Não é preciso se aprofundar muito para saber que nem todas as parcelas das cidades atendem a esses pré-requisitos na provisão de moradia para os seus moradores. Como já previamente introduzido acerca da configuração das cidades capitalistas, no âmbito da moradia há um impacto do setor imobiliário financeiro no tocante as políticas habitacionais e urbanísticas. Se trata da permissão direta ou indireta do Estado quanto a atuação dos promotores imobiliários na distribuição habitacional da cidade. Conferindo ajustes legislativos quando necessário, vincula-se assim o mercado fundiário com a regulação urbanística.

Lefebvre entende o espaço como produto social. Sendo assim, é em seu território que se expressam as relações sociais, traduzidas em relações espaciais. No contexto capitalista das cidades Brasileiras, a terra passa a ser meio de acumulação de capital, tornando- ao mesmo tempo produto do mesmo (FERREIRA, 2013).

Tal fenômeno leva ao que Rolnik (2017) descreve como “finan

ceirização da moradia”, que dotada de valor mercadológico, a habitação deixa de ser um direito e passa a ser fonte de lucro. Essa exposição da população mais pobre à ação do mercado está atrelada ao abandono por parte do Estado em assegurar o direito social da propriedade.

Como afirma Santos (2006), as desigualdades socioespaciais se expressam em espaços “opacos e luminosos”, sendo os primeiros aqueles que não recebem atenção e investimentos por parte do poder público ou iniciativas privadas, e o segundo os mais atrativos e rentáveis, alvo de implementações.

Assim, os pedaços “opacos” e mais baratos do espaço urbano e que podem ser ocupados pela população de baixa renda, são em sua maioria espaços com ausência de urbanização, e geralmente são estes os destinados para a construção de empreendimentos habitacionais do governo.

Com relação ao acesso à habitação no Brasil, uma das primeiras políticas habitacionais a nível nacional foi o BNH – Banco Nacional de Habitação, implementada a partir do ano de 1967, num contexto de ditadura militar. A política tinha como objetivos principais: promover o crescimento econômico e corresponder ao déficit habitacional da época. O primeiro objetivo veio a ser alcançado, uma vez que a prioridade na oferta de moradias se deu para as classes de mais alta renda. Já o segundo, não tendo sido priorizado, acabou por contribuir para um aumento na favelização e crescimento das periferias. A partir da década de 1970 outras formas de provisão de moradia foram incentivadas, como programas baseados na autoconstrução. Por esse período e nos anos seguintes, verificou-se também o processo de remoção de favelas, que não atingiu o sucesso esperado gerando gradativamente o retorno das famílias a essa realidade, ao que justifica Cardoso (2002):

Ressaltam-se, nessa crítica, como elementos fundamentais para a manutenção das famílias, a acessibilidade ao emprego e a formação de redes de sociabilidade popular, que contribuem para a estabilidade social e que constituem importante fator auxiliar de subsistência. (CARDOSO, 2002, p. 107)

Do fim dos anos 1980 até metade dos anos 1990, no entanto, a política habitacional passa por um hiato provindo do fim do BNH e do reestabelecimento da democracia, quando somente no ano de 1995 ocorrem os primeiros vestígios de uma reestruturação do setor.

Em um salto de cerca de 10 anos, a partir do ano de 2009 o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) promove o desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida. Apesar de partir de uma ideia promissora quanto ao combate ao déficit habitacional, insere-se na lógica de mercado produzindo conjuntos de baixa qualidade e desintegrados da malha urbana. Como afirma Cardoso (2002), em um momento em que o programa ainda não havia sido lançado, as iniciativas habitacionais posteriores aos BNH viriam a se estabelecer sob a sombra deixada pelo mesmo. Pautados na ideologia da casa própria, a segurança que a posse sob a unidade habitacional confere camufla a realidade da retirada do direito à cidade. Desse modo, o Estado se apresenta como agente ativo na periferização da cidade.

No entanto, não só as longas distancias afetam o acesso a esse direito. As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, muitas vezes localizadas em áreas centrais e, portanto, inseridas na malha urbana, configuram como áreas de resistência frente as políticas fundiárias e habitacionais. Nesses espaços, geralmente inseridos em áreas de risco e carência de infraestrutura, a situ

ação de sobrevivência é precária e o acesso a bens e serviços, nem sempre acontece. Marinho (1998) define as ZEIS como:

“[...] uma designação da legislação urbanística para localidades carentes de oferta básica de infraestrutura e serviços urbanos, ocupadas por população pobre, normalmente ameaçada pela instabilidade da combinação entre o fenômeno da especulação urbana e a posse de terra irregular. ” (MARINHO, 1998)

Esses espaços configuram, portanto, áreas a serem reintegradas ao contexto urbano através da legislação e medidas governamentais, reconhecendo a necessidade de uma urbanização específica para os assentamentos precários (ROLNIK, 2001). O desenvolvimento desses assentamentos geralmente assume três formas: os loteamentos irregulares, as favelas e as ocupações. Apesar de terem suas diferenças significativas, todos convergem no tocante a irregularidade fundiária e imobiliária.

Destacando a importância dos instrumentos legislativos na gestão das cidades, desde 2001 o Brasil possui uma das mais completas e avançadas leis urbanísticas do mundo: O Estatuto da Cidade. Dentre as inovações que o Estatuto trouxe para a legislação brasileira, estão contidos novos instrumentos para o ordenamento do uso e ocupação do solo, o que facilitaria o processo de regularização. De mesmo modo, a lei discorre acerca da função social da propriedade e da importância de ser prevista no Plano Diretor das cidades, porém sua execução tem se mostrado ineficaz nos municípios ao longo dos anos.

Outra forma de periferização tem se tornado cada vez mais comum nas cidades: a migração de parte da camada mais rica para

condomínios fechados, ilhas particulares livres dos problemas vivenciados no resto da malha urbana, incitando a sua fragmentação.

Esta forma de habitar caracteriza-se por apresentar exclusividade social, sistemas de segurança, qualidade ambiental, funcionalidade e autonomia administrativa. Muito embora muitas dessas características pudessem já ser encontradas nos loteamentos abertos, há nestes um elemento fundamental que o demarca, separando-o do restante da cidade: o muro. (MAIA, 2010, p. 2)

É necessário ressaltar que essas áreas em que estão inseridos não são consideradas “periferias”, uma vez que pertencem as moradias de luxo da classe alta, portanto locais valorizados pelo setor imobiliário. Desse modo, seja em áreas centrais dotadas de infraestrutura ou áreas concentradas nas bordas do perímetro urbano, uma característica é comum ao mercado imobiliário privado no Brasil: a exclusividade. Sendo destinada a poucos, a produção da habitação no país se realiza de forma majoritária fora dos limites da lei.

Tal configuração do espaço reproduz a segregação habitacional e socioespacial, que segundo Silva (2008) podem ser observadas por meio dos diferentes usos da terra no solo urbano e das grandes distâncias entre casa e trabalho. Essas formas de segregação se tornam mais evidentes quando no contexto de mercantilização da moradia já citado anteriormente.

Sendo assim, como divaga o questionamento que inicia essa discussão: se a cidade não é boa para morar, para que serve a cidade? Ainda, a pergunta poderia se estender para: “para QUEM serve a cidade”? Como afirma Ferreira (2013, p. 31), “ao produzir o espaço, a sociedade reproduz a si mesma”. Uma vez que os interesses privados sobrepõem os interesses públicos, investimentos pontuais garantem o bem-estar individual enquanto a vida na cidade se torna caótica.

250400905000001

2504009050000320

250400905000012

2504009050000404

2504009050000215

2504009050000003

2504009150000001

2504009050000111

2504009150000006

ÍNDICES E ANÁLISES DO ESPAÇO URBANO

A utilização de Índices e Indicadores como ferramentas de planejamento urbano e elaboração de políticas públicas possui uma longa trajetória. Tendo seu início em meados dos anos 1940, eram comumente utilizados para monitorar o crescimento da economia. Uma vez que seu uso obteve êxito para tal propósito gerando uma popularização, adaptações foram feitas para outras áreas, como a área social. Objetivava-se o auxílio nas tomadas de decisão e conferir transparência a esse processo por meio do setor público.

Com o passar dos anos, a utilização de Indicadores passa por uma baixa, especificamente nos anos 1980, ao que Januzzi (2001) e Carley (1985) associam a elevação de expectativas quanto aos resultados a serem obtidos. Não só isso, mas a estrutura das cidades em constante modificação, em especial em direção ao mercado, afeta a relação das políticas desenvolvidas. Como aponta Lacerda (2012):

[...] uma análise é recorrente em praticamente todos os trabalhos: o arrefecimento do interesse pelo uso de indicadores se deveu, majoritariamente, ao fato de os governos passarem a ser guiados pelos mecanismos de mercado, dentro da visão neoliberal que caracterizou as duas últimas décadas do século XX. Essa visão os levou a darem menos importância ao desenvolvimento de uma engenharia social e de seus instrumentos. (LACERDA, 2012)

Nos anos 1990, porém, os Indicadores voltam a ser largamente utilizados em pesquisas e estudos referentes ao meio ambiente e a qualidade de vida nas cidades, sendo recomendados em fóruns oficiais como a Agenda 21 e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente. Conceitualmente falando, os indicadores são conjuntos de dados numéricos que objetivam descrever a realidade. Eles podem

ser do tipo “indicadores de desempenho”, quando relativos a um processo e a necessidade de acompanhar os avanços obtidos no trajeto, ou “indicadores sistêmicos”. Estes últimos buscam medir atributos, sendo, portanto, de natureza descritiva.

Segundo Tunstall (apud BELLEN, 2005), os indicadores podem desenvolver pelo menos 5 papéis principais:

1. Avaliar condições e tendências;
2. Comparar lugares e situações;
3. Avaliar condições em relação a metas e objetivos;
4. Prover informações e advertências;
5. Antecipar futuras condições e tendências.

Em todos os casos, há uma aparente importância da sua utilização na gestão das cidades, principalmente em um contexto de expressões de desigualdade e tendências segregadoras do espaço, evitando a reprodução de tais desigualdades. A posse apenas de dados relativos ao espaço urbano não pode ser considerada eficiente para uma leitura clara do mesmo, sendo necessária uma tradução mais legível e identificável do problema a ser analisado.

É por isso que, sendo um conjunto de variáveis, os indicadores representam operacionalmente as características do espaço, sendo uma imagem do mesmo. Assim, a grande relevância da sua utilização está na facilitação da compreensão de uma problemática, permitindo o diálogo e busca de soluções.

Outro ponto importante, é a comprovação prática e espacial de conceitos e hipóteses subjetivas, garantindo respaldo para a tomada de decisões. Por isso que se justifica sua utilização no planejamento urbano e gestão de cidades das mais diferentes escalas. Como aponta Anjos (2013):

A avaliação constitui uma das etapas essenciais do processo de planejamento urbano, considerado como uma prática capaz de contribuir para o processo de transformação da realidade físico espacial da cidade. [...] Dessa forma, os indicadores são indispensáveis para conduzir os mais variados tipos de avaliação, prestando-se também como ferramenta de monitoramento. (ANJOS, 2013, p. 49 – 50)

Entende-se que a modificação dos padrões que propagam a injustiça social nas cidades precisa ter como ponto de partida estudos analíticos que confirmem bases teóricas e metodológicas na construção da solução do problema. Uma fundação de qualidade permite o aumento da probabilidade de melhoramentos, ainda que não os garanta. Ainda assim, constitui-se como um caminho.

An aerial, black and white photograph of a city, likely New York City, showing a dense grid of streets and buildings. A large body of water, possibly a lake or bay, is visible at the top of the image. The overall tone is dark and textured.

METODOLOGIA

A metodologia se insere em uma abordagem analítica exploratória (GIL, 2008), uma vez que parte de um objeto de estudo a ser analisado através de referências teóricas e bases de dados, tendo como ponto de partida um problema a ser explicitado. Antes da descrição das etapas metodológicas realizadas, faz-se necessário uma breve introdução acerca da metodologia desenvolvida pelo IBGE, tomada como base para o desenvolvimento da pesquisa.

METODOLOGIA IBGE

A adoção de uma escala intraurbana se mostra de grande importância, uma vez que a produção do espaço urbano se dá, cada vez mais, de forma rápida e com mudanças que comprometem a sustentabilidade das cidades, sendo assim necessária uma compreensão do espaço e seus processos. Desse modo, a escolha apropriada da escala a ser estudada visa o auxílio ao planejamento urbano e políticas que amenizem as desigualdades sociais comumente reproduzidas na formação da urbe.

Entende-se que o território brasileiro, por ser muito diverso, não pode ser lido de forma homogênea e generalizada, ainda que determinados padrões se repitam por toda sua extensão. É nesse ponto que o estudo do IBGE encontra sua partida, objetivando mergulhar na análise acerca da diversidade socioeconômica e de infraestrutura presente nas áreas residenciais das maiores concentrações urbanas brasileiras – 63 ao todo, acrescentando as capitais Palmas e Boa Vista.

Inicialmente, fez-se uma preparação da base de dados alfanumérica e gráfica, onde todas as informações foram sistematizadas através do Censo 2010. Para o primeiro, e seguindo a ideia de melhor ou pior condição de vida da população analisada, foram selecio

nadas variáveis contidas nos universos referentes aos domicílios e características socioeconômicas dos moradores, sendo essas:

- 1) Percentual de pessoas cujo domicílio possui rede geral de esgoto ou pluvial, ou fossa séptica;
- 2) Percentual de pessoas cujo domicílio possui água distribuída por rede geral de abastecimento;
- 3) Percentual de pessoas cujo domicílio possui coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza;
- 4) Percentual de pessoas em domicílios com densidade de até dois moradores por dormitório;
- 5) Mediana do rendimento domiciliar per capita;
- 6) Razão de dependência de menores de 15 anos;
- 7) Níveis de escolaridade:
 - a) Percentual de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto e 18 anos ou mais de idade;
 - b) Percentual de pessoas com fundamental completo ou médio incompleto e 18 anos ou mais de idade;
 - c) Percentual de pessoas com médio completo ou superior incompleto e 18 anos ou mais de idade;
 - d) Percentual de pessoas com superior completo e 18 anos ou mais de idade.
- 8) Percentual de pessoas em domicílios com existência de máquina de lavar;
- 9) Percentual de pessoas em domicílios com existência de computador com acesso à Internet;
- 10) Percentual de pessoas em domicílios com alvenaria predominante nas paredes externas.

Em relação aos dados gráficos, utilizou-se as áreas de ponderação, julgando necessário a realização de alterações naquelas que apresentassem grandes disparidades internas ou que fossem superdimensionadas, assim como a união de áreas vazias com as já existentes. Tal decisão foi tomada após os primeiros testes realizados, notando-se que os espaços que possuíam grande heterogeneidade apresentavam dados mais inconsistentes do que aqueles

mais homogêneos.

Em um segundo momento, desenvolveu-se a etapa da criação da tipologia intraurbana, tendo como método escolhido a análise de cluster e subdividida em outras 05 etapas, a saber:

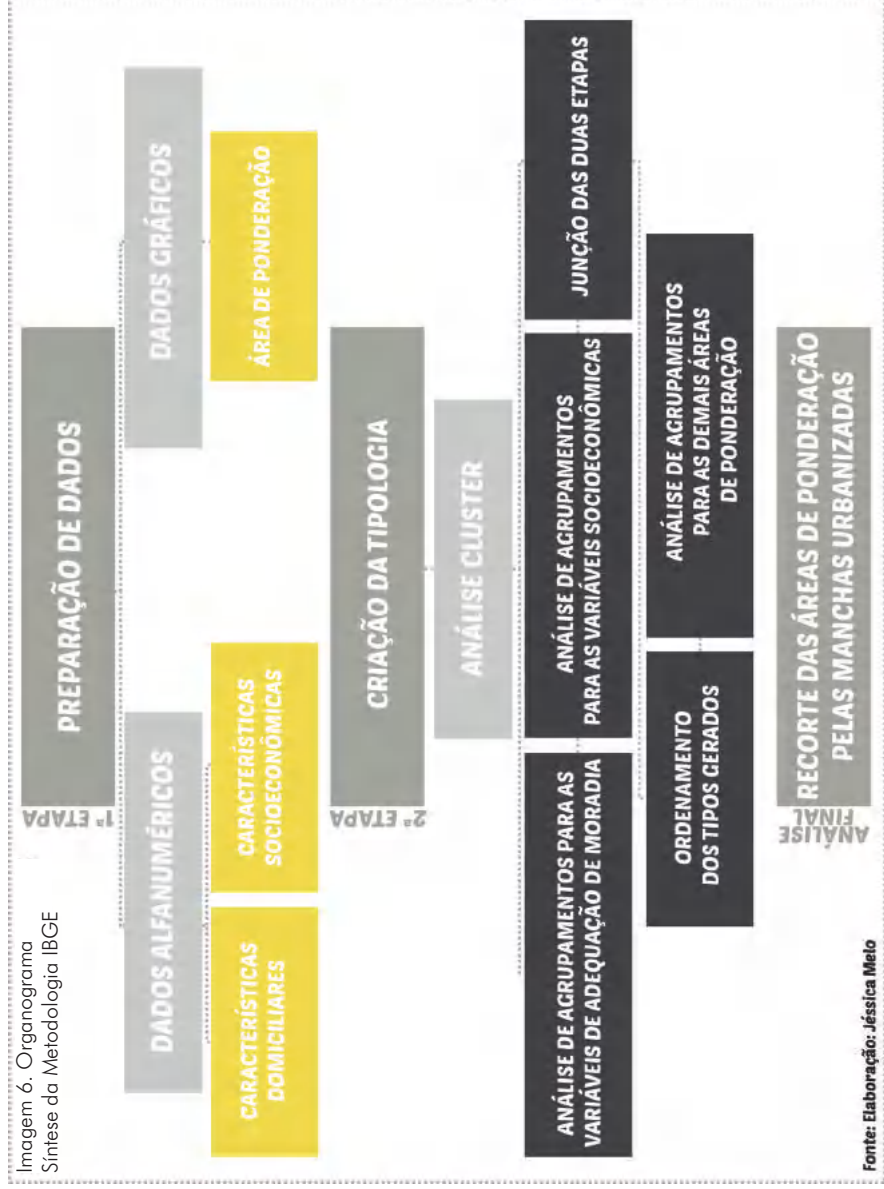
- 1) Análise de agrupamentos para as variáveis de adequação de moradia;
- 2) análise de agrupamentos para as variáveis socioeconômicas;
- 3) junção das duas etapas;
- 4) ordenamento dos tipos gerados;
- 5) e análise de agrupamentos para as demais Áreas de Ponderação.

Através de definições do próprio IBGE, entende-se por áreas de ponderação:

“[...]uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários contíguos, para a aplicação dos procedimentos de calibração dos pesos de forma a produzir estimativas compatíveis com algumas das informações conhecidas para a população como um todo.” (IBGE, 2010)

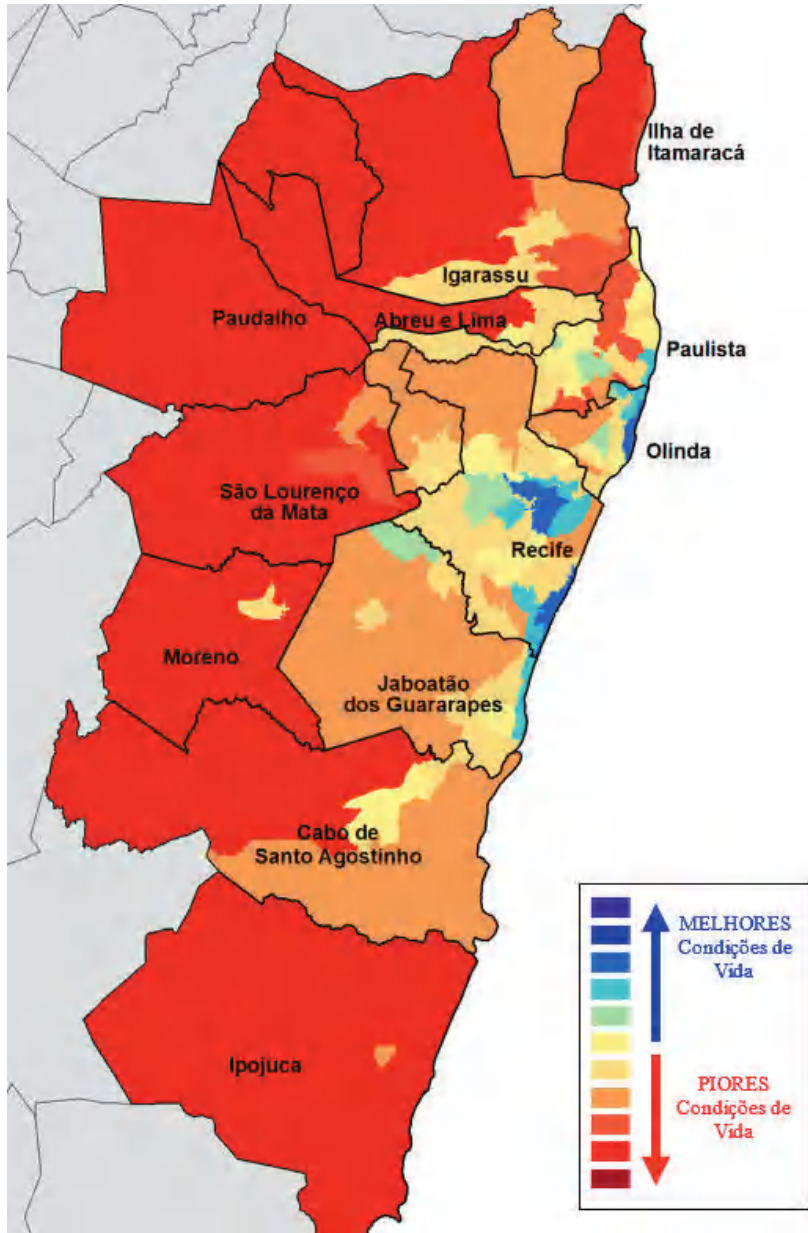
Para uma melhor compreensão e síntese de informações, os procedimentos descritos encontram-se ilustrados no organograma abaixo (Imagem 6).

Imagem 6. Organograma
Síntese da Metodologia IBGE

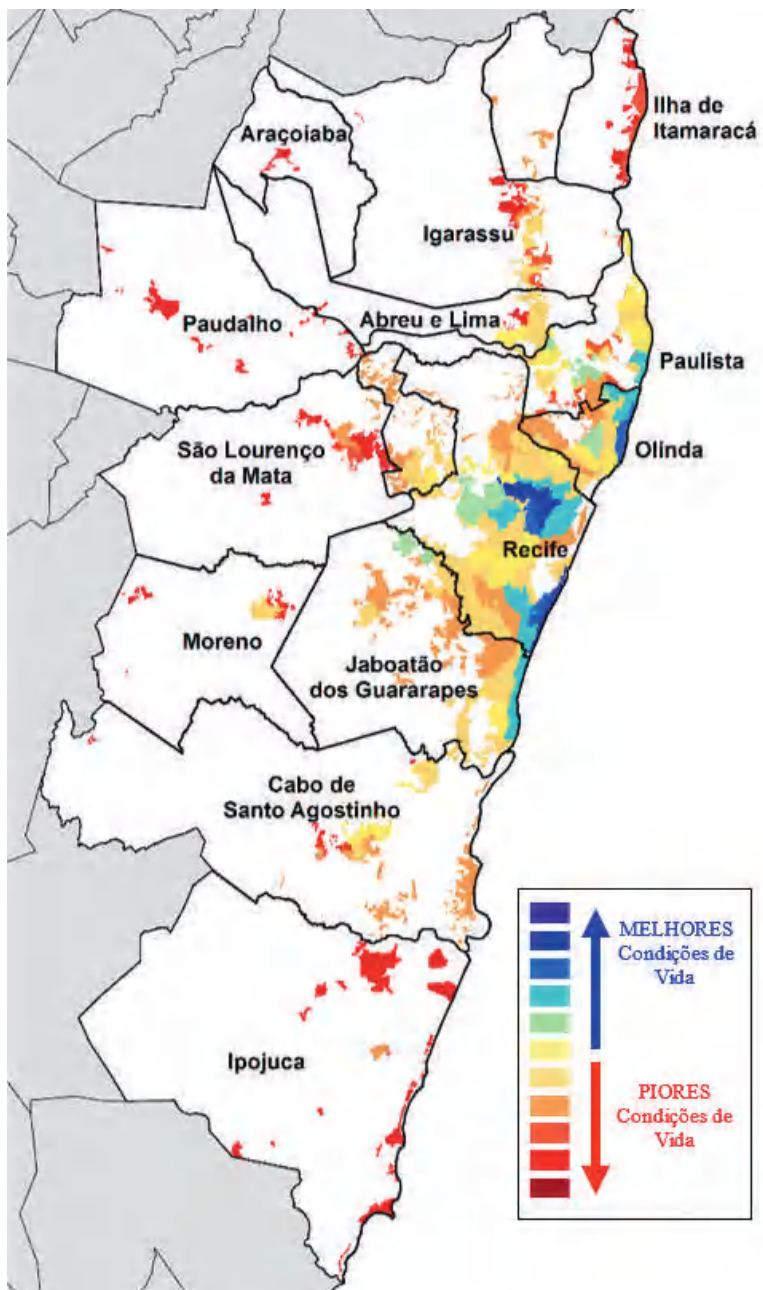


Além das já citadas etapas, uma análise final é realizada através do recorte das áreas de ponderação por manchas urbanizadas. Procura-se obter uma melhor compreensão do comportamento do espaço analisado ao demarcar apenas a área construída, uma vez que as áreas de ponderação atingem a porção não-urbanizada da cidade, podendo gerar inconsistências na leitura do resultado. Assim, a mancha correspondente no mapa à tipologia obtida assume o formato do recorte da mancha urbanizada, como mostram os mapas gerados abaixo.

Imagem 7. Mapas de Procedimentos realizados na Tipologia Intraubana IBGE



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foram estabelecidas 05 etapas, utilizando-se de procedimentos de diversos estudos para compor a metodologia adotada. Além da publicação do IBGE, as teses de Barros Filho (2006) e Anjos (2013) auxiliaram na construção da metodologia final.

Foram necessárias alterações nas etapas realizadas na pesquisa do IBGE e a adição de outras julgadas importantes para a composição do resultado final e alcance do objetivo do estudo. Também por se tratar de uma escala diferente – uma cidade média e não uma grande concentração urbana, e um único objeto de estudo ao invés da comparação entre vários objetos – alguns procedimentos necessitaram de modificações.

ETAPA 1. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Nesta etapa apresenta-se o município de Campina Grande através de uma breve explanação acerca do seu histórico e processo de formação do tecido urbano. Os agentes modeladores do espaço e seus investimentos e participação na formação da cidade são de fundamental importância para o entendimento da configuração socioespacial atual.

ETAPA 2. CARACTERIZAÇÃO INTRAURBANA

Para criação da Caracterização Socioespacial Intraurbana, seguiu-se um caminho distinto do escolhido pelo estudo do IBGE, que utilizou como base as áreas de ponderação. Aqui, optou-se por continuar trabalhando apenas com dados do universo fornecido para os setores censitários, sendo essa decisão justificada pelo fato

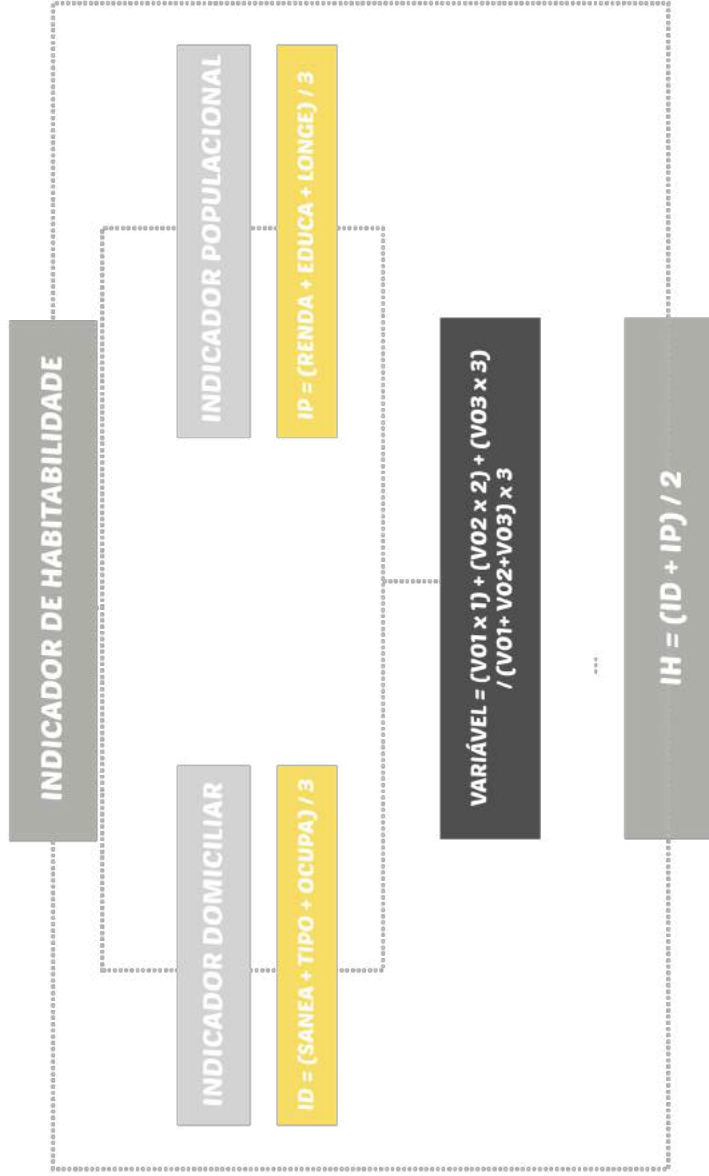
de que trabalhar com áreas de ponderação em um município de médio porte não representaria as diferenciações socioespeciais de forma adequada, causando distorções no resultado final. Vale salientar que:

○ setor é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à realização da coleta de dados por um pesquisador que vai a campo por ocasião do censo. ○ setor constitui um conjunto de quadras, no caso de área urbana, ou uma área do município, no caso de uma área não urbanizada (ANJOS, 2013, p.104).

Para tanto, foi escolhido como base o Indicador de Habitabilidade (IH) desenvolvido por Barros Filho (2006) a partir de variáveis da Sinopse por Setores Censitários do Censo 2000, e adaptado por Anjos (2013) para o Censo de 2010, em estudos referentes à inserção e qualidade habitacionais de áreas pobres. Uma vez que este possui um funcionamento simples baseado na junção de variáveis referentes às características domiciliares (aspectos físico-espaciais) e socioeconômicas do objeto de estudo, optou-se pela utilização do mesmo na construção da metodologia da pesquisa, entendendo que sua fácil aplicação possibilita um maior alcance na replicação do estudo. Trata-se da média aritmética simples de dois conjuntos de variáveis: Indicador Domiciliar (ID) e Indicador Populacional (IP). Dentro de cada indicador, há a relação de outras variáveis que se relacionam através de uma média ponderada, onde cada variável recebe um peso para compor a equação final, exemplificada na fórmula abaixo e ilustrada no Organograma 2.

$$\text{INDICADOR} = (V01 \times 1) + (V02 \times 2) + (V03 \times 3) / (V01 + V02 + V03) \times 3$$

Organograma 2. Síntese Metodologia Barros Filho (2006)



Fonte: Elaboração: Jéssica Melo

Em razão da indisponibilidade das variáveis para a construção do IP conforme proposto por Barros Filho (2006), optou-se pela construção apenas do ID. Sendo assim, para a caracterização dos aspectos socioeconômicos, parte das variáveis originais foram utilizadas conforme proposto por Barros Filho (2006), enquanto outras foram descartadas e a variável de Alfabetização dos responsáveis pelos domicílios fora adicionada. Percebeu-se a necessidade de criação desta, uma vez que as variáveis correspondentes ao índice de Educação desenvolvido por Barros Filho (2006) não estarem presentes na Sinopse por Setores Censitários do banco de dados do Censo 2010, apenas no do ano 2000.

Quanto ao Índice de Longevidade, ao analisar suas variáveis, entendeu-se que em uma análise das desigualdades socioespaciais, não haveria como determinar pesos unicamente utilizando as informações relativas as faixas etárias. Portanto, foi decidido que este Índice também seria descartado na metodologia final.

Em relação aos dados gráficos, optou-se pela utilização do software de geotecnologias QGis na elaboração dos mapas temáticos, através da justaposição de shapefiles referentes a cidade de Campina Grande. As shapefiles utilizadas foram as dos setores censitários, dos bairros da cidade e a tabela produzida após a aplicação das respectivas fórmulas para cada área analisada. Optou-se pelo método de classificação em Intervalos Iguais, que subdivide as faixas dos valores de atributos obtidos em tamanhos iguais, ideal para situações não lineares e que seja necessário um grau de heterogeneidade. Quanto maior o número de intervalos, mais detalhadas as análises referentes ao fenômeno representado. No caso, foram escolhidos 5 intervalos.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A segunda etapa busca sistematizar as informações referentes às variáveis socioeconômicas. Aqui, utilizou-se o Índice de Renda elaborado por Barros (2006) com dados do Censo 2000 e adaptado por Anjos (2011) para o Censo 2010, que corresponde a fórmula descrita abaixo.

$$\text{ÍNDICE DE RENDA} = (((V076 + V067) * 1) + (V068 * 2) + (V069 * 3) + (V070 * 4) + (V071 * 5) + (V072 * 6) + (V073 * 7) + (V074 * 8) + (V075 * 9)) / (V086 * 9)$$

Na fórmula, que contém 9 variáveis, a pior situação recebe o peso 1 até a melhor situação, que recebe peso 9. O resultado obtido varia de 0 a 1, onde quanto mais próximo do número 1, melhor a situação analisada.

Cada variável contida na fórmula corresponde a informações de pessoas responsáveis moradoras de domicílios particulares permanentes e seus rendimentos, onde cada uma recebeu um peso de acordo com sua qualidade. A descrição das variáveis encontra-se no Quadro 1.

Quadro 1. Variáveis do Índice de Renda

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
086	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes com ou sem rendimento	072	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 5 a 10 salários mínimos
067	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal	073	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 10 a 15 salários mínimos
068	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	074	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 15 a 20 salários mínimos
069	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 1 a 2 salários mínimos	075	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 20 salários mínimos
070	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 2 a 3 salários mínimos	076	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal
071	Pessoas responsáveis moradoras em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 3 a 5 salários mínimos		

Fonte: (Censo 2010, IBGE) Elaboração: Jéssica Melo

O outro índice utilizado para a caracterização socioeconômica foi o Índice de Alfabetização, criado para a presente pesquisa, em que consiste a presença de apenas duas variáveis, explicitadas na fórmula abaixo.

$$\text{ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO} = (V078/V001)$$

Quadro 2. Variáveis do Índice de Alfabetização

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
078	Responsáveis alfabetizados(as) com 10 ou mais anos de idade em domicílios particulares
001	Pessoas responsáveis

Fonte: (Censo 2010, IBGE) Elaboração: Jéssica Melo

Apesar de não conter informações referentes ao grau de escolaridade dos moradores dos domicílios no Censo 2010, entende-se que a alfabetização dos responsáveis é um requisito mínimo e de grande importância para avaliação das melhores ou piores condições das estruturas familiares, uma vez que se relaciona diretamente com os outros índices analisados, como a renda.

Dessa etapa resultarão dois mapas temáticos, os mapas de Renda e Alfabetização, que posteriormente serão cruzados com outras informações para que sejam feitas as análises necessárias.

CARACTERIZAÇÃO HABITACIONAL

Na terceira etapa, busca-se caracterizar as tendências de habitação da cidade de Campina Grande. Portanto, antes da sistematização de informações, há a elaboração de um mapa temático pontuando a localização de 1) ZEIS ; 2) Conjuntos Habitacionais

3) Condomínios Fechados e 4) Áreas de Risco, para discussões iniciais acerca da questão habitacional na cidade.

Em seguida, haverá a sistematização de informações acerca dos domicílios da cidade, utilizando-se do Índice Domiciliar elaborado por Barros (2006) e adaptado por Anjos (2011), que corresponde à fórmula abaixo.

$$ID = (SANEA + TIPO + OCUPA) / 3$$

O índice Domiciliar é composto por três outros índices distintos, a saber: SANEA, relativo ao saneamento do entorno imediato domiciliar, TIPO correspondente à tipologia do domicílio e OCUPA, que se refere à natureza da ocupação. Cada um destes segue a mesma lógica de distribuição de pesos às variáveis do banco de dados do Censo 2010 com o objetivo de gerar uma avaliação de melhores ou piores condições. Deste modo, o índice SANEA segue a fórmula descrita abaixo.

$$SANEA = (\acute{A}GUA + ESGOTO + LIXO) / 3$$

É possível observar que este índice possui ainda uma subdivisão em três outros índices: \acute{A}GUA, ESGOTO e LIXO, possuindo, respectivamente, as seguintes fórmulas:

$$AGUA = ((V0025 * 1) + (V0024 * 2) + (V0023 * 3) + (V0022 * 4) + (V0020 * 5) + (V0019 * 6)) / (V0003 * 6)$$

$$ESGOTO = ((V0036 * 1) + ((V0035 + V0034 + V0033) * 2) + (V0032 * 3) + (V0031 * 4) + (V0030 * 5)) / (V0003 * 5)$$

$$\text{LIXO} = ((V0055 + V0054 + V0053) * 1) + (V0052 * 2) + (V0051 * 3) + (V0050 * 4) + (V0049 * 5) / (V0003 * 5)$$

A descrição de cada variável pode ser encontrada no Quadro 3.

Quadro 3. Variáveis do Índice Saneamento

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
002	Domicílios particulares permanentes (DPP)	022	DPP com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via outro escoadouro
012	DPP com Abastecimento de água da rede geral	023	DPP sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário
013	DPP com Abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade	036	DPP com lixo coletado por serviço de limpeza
014	DPP com Abastecimento de água da chuva armazenada em cisterna	037	DPP com lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza
015	DPP com outra forma de Abastecimento de água	038	DPP com lixo queimado na propriedade
017	DPP com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial	039	DPP com lixo enterrado na propriedade
018	DPP com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa séptica	040	DPP com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro
019	DPP com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar	041	DPP com lixo jogado em rio, lago ou mar
020	DPP com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala	042	DPP com outro destino do lixo
021	DPP com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rio, lago ou mar		

Fonte: (Censo 2010, IBGE) Elaboração: Jéssica Melo

Em relação ao índice TIPO, segue-se a fórmula utilizada para o cálculo do mesmo:

$$\text{TIPO} = ((V0047 * 1) + (V0038 * 2) + (V0039 * 3) + (V0040 * 4) + ((V0041 + V0042 + V0043 + V0044 + V0045 + V0046) * 5)) / (((V0003 * 5) + (2 * (V0003 / V0001))) / 3)$$

É possível notar que nessa fórmula há uma particularidade na repetição do maior peso para as últimas variáveis. Esta decisão justifi

ca-se uma vez que tais domicílios em menor proporção significaria uma maior quantidade de domicílios improvisados e geralmente em situações precárias, traço recorrente em áreas de baixa renda.

Quadro 4. Variáveis do Índice Tipo

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
001	Domicílios particulares e domicílios coletivos	029	DPP com 5 banheiros de uso exclusivo dos moradores
002	Domicílios particulares permanentes (DPP)	030	DPP com 6 banheiros de uso exclusivo dos moradores
025	DPP com 1 banheiro de uso exclusivo dos moradores	031	DPP com 7 banheiros de uso exclusivo dos moradores
026	DPP com 2 banheiros de uso exclusivo dos moradores	032	DPP com 7 banheiros de uso exclusivo dos moradores
027	DPP com 3 banheiros de uso exclusivo dos moradores	033	DPP com 9 ou mais banheiros de uso exclusivo dos moradores
028	DPP com 4 banheiros de uso exclusivo dos moradores	034	DPP sem banheiro de uso exclusivo dos moradores

Fonte: (Censo 2010, IBGE) Elaboração: Jéssica Melo

Por fim, o Índice OCUPA, referente à natureza da ocupação, realiza uma caracterização acerca dos domicílios próprios, alugados, cedidos ou em alguma outra situação de ocupação.

$$OCUPA = ((V0014 * 1) + (V0013 * 2) + (V0012 * 3) + (V0011 * 4) + (V0010 * 5) + (V0009 * 6)) / (V0003 * 6)$$

Quadro 5. Variáveis do Índice Ocupa

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
002	Domicílios particulares permanentes (DPP)	009	Domicílios particulares permanentes cedidos por empregador
006	Domicílios particulares permanentes próprios e quitados	010	Domicílios particulares permanentes cedidos de outra forma
007	Domicílios particulares permanentes próprios e quitados	011	Domicílios particulares permanentes em outra condição de ocupação (não são próprios, alugados, nem cedidos)
008	Domicílios particulares permanentes alugados		

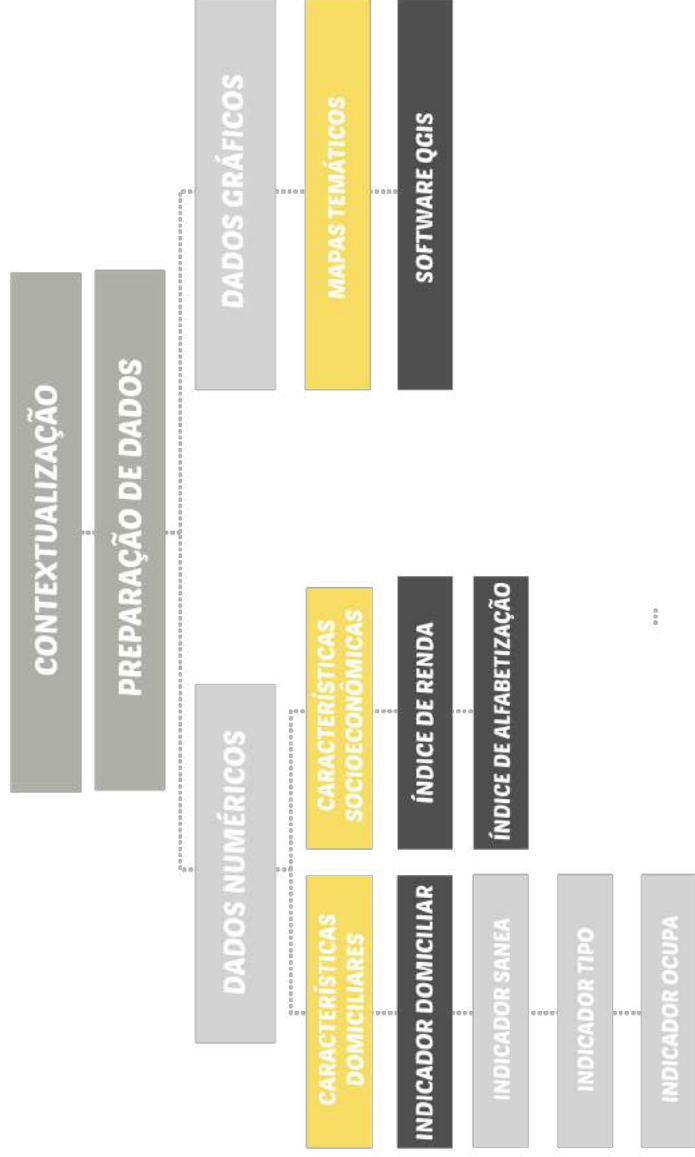
Fonte: (Censo 2010, IBGE) Elaboração: Jéssica Melo

ETAPA 3. ANÁLISES DOS MAPAS TEMÁTICOS

Após a elaboração dos mapas temáticos advindos dos resultados obtidos com a sistematização das informações, será possível dar início as análises necessárias. Para uma melhor compreensão e obtenção de pareceres mais aprofundados, faz-se necessário também o cruzamento dos mapas entre si.

Para melhor compreensão da estrutura metodológica final, o Organograma 3 reúne todas as modificações e etapas finais.

Organograma 3. Síntese Metodologia Final Utilizada





CONTEXTUALIZAÇÃO

Localizada na mesorregião do Agreste da Paraíba, Campina Grande é considerada um dos mais importantes polos tecnológicos do Nordeste, configurando também como polo universitário. Segundo o IBGE, no ano de 2017 possuía uma população de 410 332 habitantes, sendo a segunda maior cidade do estado, abaixo apenas da Capital João Pessoa. Sua região metropolitana contém 19 municípios, com uma população estimada em 638 017 habitantes.

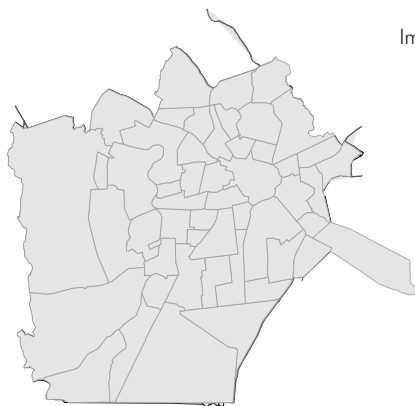


Imagem 10. Mapa de Campina Grande
Imagem 11. Mapa da Paraíba
Fonte: Elaboração: Jéssica Melo



A formação da cidade data-se de meados do século XVII, quando no entorno do riacho das piabas surgiram os primeiros aglomerados populacionais dos – acredita-se – índios Ariús. Esse local, que com o passar do tempo tornou-se o atual Açude Velho, servia de parada entre as viagens dos Tropeiros do litoral ao sertão nordestino. Com o passar do tempo e o estabelecimento de pontos focais como a Igreja central, as habitações se distribuíam ao seu redor, espontaneamente delineando o traçado urbano do local. No ano de 1864, Campina eleva-se a categoria de cidade, através da Lei Provincial n.137. Porém, as maiores e mais significativas mudanças só vem a ocorrer com a chegada do trem e instalação da Estação Ferroviária no ano de 1907, que acompanhavam a crescente importância do algodão como elemento econômico citadino. (Imagem 12)

Campina Grande, 1907

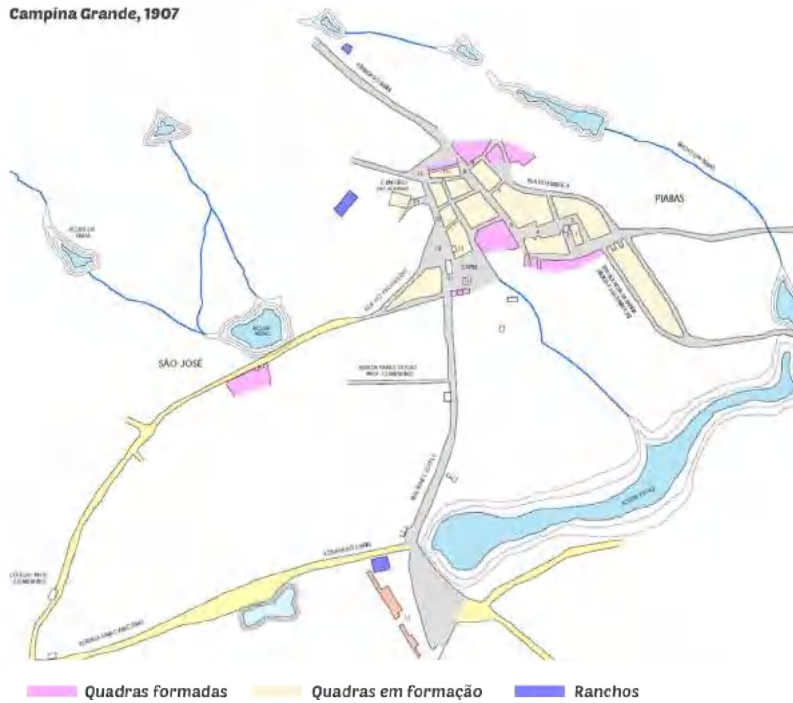


Imagem 12. Mapa de Campina Grande no ano de 1907

Fonte: (QUEIROZ, 2008)

Até os anos 1940, Campina Grande atingiria a posição de maior exportadora de algodão do mundo, o que trouxe consigo um grande adensamento demográfico e suas conseqüências que iriam desde problemas referentes ao abastecimento de água até a proliferação de casas em situações precárias. Esse novo cenário não só aumenta o número da população rica da cidade, como também – e talvez, principalmente, multiplica a população pobre. Sobre a mudança vivenciada na época, (QUEIROZ, 2016) descreve:

“Dentro desse espírito, as décadas de 1930 e 1940 assistiram a grandes transformações na paisagem urbana campinense, responsáveis pela instituição de novas formas de se viver nessa cidade, e de se estar excluído também. Ruas foram alinhadas, reticuladas, drenadas,

pavimentadas e arborizadas; avenidas foram abertas, classes sociais e usos separados. Foram instalados serviços mecanizados de abastecimento de água e coleta de esgoto. O antigo conjunto arquitetônico das áreas centrais foi, em boa parte, colocado abaixo para o surgimento de novos edifícios, os recentes subúrbios abertos trouxeram formas aburguesadas de morar” (QUEIROZ, 2016, p.21)

Entender de que modo Campina Grande evoluiu e sofreu modificações na sua estrutura urbana é de fundamental importância para se situar diante da atual situação habitacional. De 1907 a 1940, há um salto populacional de cerca de 17 mil a 120 mil habitantes na cidade. Em relação a moradia, a quantidade passa de 730 para cerca de 8 mil habitações na área urbana. Segundo (BARBOZA, 2013), até meados dos anos 1930 a cidade não apresentava expressivas diferenciações entre grupos sociais na forma de ocupar o espaço, porém esse crescimento acelerado gera impactos profundos na sua estruturação. Posteriormente, não só esta, mas grande parte das cidades brasileiras passaram por mudanças semelhantes em sua estrutura, algo que se deu em busca de uma “modernização” e embelezamento por parte do poder público, como destaca (CALDEIRA, 2000).

A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. (CALDEIRA, 2000, p.211)

Seguindo esta linha de pensamento, os prefeitos Pereira Diniz e Vergniaud Wanderley realizaram diversas intervenções na área ur

Como já descrito, o Estado configura como atuação de peso dentre os agentes produtores do espaço urbano de Campina Grande, porém é necessário destacar outros importantes elementos nessa cena. Inseridos no contexto da produção do algodão, os produtores agrícolas têm seu lucro intensificado com a posse de lotes de terra e posteriormente viriam a trazer elementos modernizadores para cidade, como automóveis e indústrias. No tocante a moradia, os promotores imobiliários veem na construção de habitações para aluguel destinadas às classes média e baixa uma grande fonte de renda, uma vez que essa parcela da população aumentava através da migração de pessoas em busca de empregos e ainda não havia políticas habitacionais na época que visassem suprir a demanda habitacional.

Nos anos de 1950 e 1960, a economia algodoeira estimula e abre espaço para a necessidade de expandir o processo de industrialização da cidade. Porém, a ditadura militar e a política centralizadora do país influenciam na desaceleração do seu crescimento econômico e até os anos 80 há um aumento da tendência de periferização na cidade, com um salto de 3 para 17 áreas consideradas favelas. Em 1985, cerca de 11% da população total da cidade morava em favelas. Segundo (SILVA, 1987), esse fator se dá, não apenas pelo adensamento populacional, mas também pela especulação imobiliária cada vez mais crescente, que intensifica as expressões de desigualdades no espaço.

Para se ter uma ideia dos níveis que atingem a concentração fundiária e a especulação de imóveis em Campina Grande, basta verificar o cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Campina Grande: 32,5% da malha urbana e da área de expansão da cidade estão sob o domínio de apenas 20 pessoas, que estocam

e vendem terrenos, supervalorizados pelas obras públicas, pela implantação de projetos de construção de conjuntos habitacionais e de urbanização da cidade. (SILVA, 1987, p. 65)

Em relação aos citados conjuntos habitacionais, desde o programa de habitações do governo BNH – Banco Nacional de Habitação, até o Minha Casa Minha Vida no ano de 2009, o jogo de interesses entre Estado e iniciativa privada que circunda a efetivação dos programas habitacionais no Brasil impede com que eles atinjam o nível de qualidade que atenda às reais necessidades dos moradores, conferindo não só o direito à moradia, como também à cidade (NATIVIDADE, 2013).

Isso se deve ao fato de que, remetendo à especulação imobiliária, os terrenos que não são alvo de interesse dos setores imobiliários são aqueles localizados na periferia e sem a infraestrutura adequada. Tal fato leva a legislação a estender seus limites do perímetro urbano para que o conjunto atenda aos pré-requisitos necessários de construção, o que gera um espraiamento negativo da cidade. Para além dos efeitos na urbe, (MARICATO, 2009) destaca para a “condição de sofrimento” em que se inserem os moradores a que são destinados, uma vez que se aumenta as distancias, custos, e relações que conferem o sentimento de pertencimento com a cidade.

Uma vez que essa expressiva porção residencial é destinada a locais distantes do centro, a ocupação da cidade vai se dando de forma descontínua, promovendo espaços vazios em sua extensão e o espraiamento que além de promover os problemas citados, aumenta os custos de manutenção do perímetro urbano.

No final do século XX, a cidade passa por uma expansão motivada

pela presença de equipamentos como a construção do Shopping - na época Shopping Center Iguatemi, e a transferência do terminal rodoviário interestadual. Ambos situados na alça Leste, conduziram uma descentralização da cidade para esta direção. Outra porção que recebe atenção é a zona Oeste, onde já se localizavam as Universidades e que recebera a construção do parque tecnológico que atraiu investimentos de setores da economia, somando-se a essa composição do que podem ser considerados “subcentros”.

Para que fique mais clara a leitura do ambiente citadino, a Imagem 14 mostra o mapa da cidade e a delimitação de seus bairros.

Figura 14. Mapa Bairros de Campina Grande



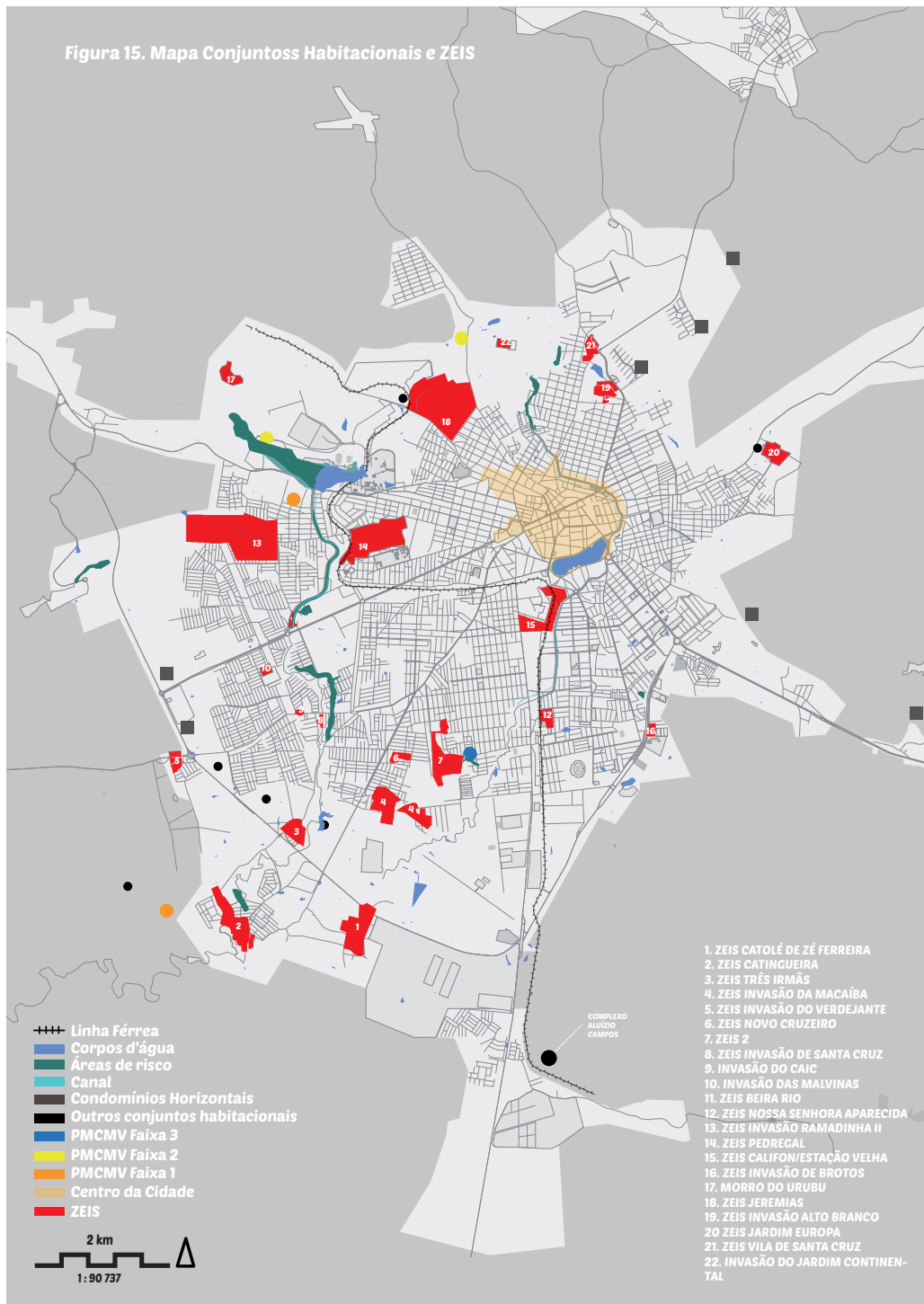
CARACTERIZAÇÃO INTRAURBANA

Dito isto, antes de se iniciarem as análises referentes a aplicação da metodologia, a Imagem 15 ilustra a cidade de Campina Grande com a localização dos seus conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida e de outros programas do governo, os condomínios horizontais fechados, as ZEIS e os corpos d'água, assim como as áreas de risco presentes. Dentre elas, a linha férrea que corta toda a extensão urbana e os rios, uma vez que nos dois casos há a presença de legislação que impede a construção em determinada distância dos mesmos.

Destaca-se aqui a presença do complexo Aluizio Campos, localizado na porção sul da cidade em uma área de cerca de 800 hectares, vendido como "o maior complexo habitacional do Brasil". Esse eixo configura como mais um caminho de expansão da cidade, enquanto os vazios urbanos permanecem.

Outra área em destaque é o já citado Centro, que possui relações diretas com as análises realizadas.

Figura 15. Mapa Conjuntos Habitacionais e ZEIS



- +++ Linha Férrea
- Corpos d'água
- Áreas de risco
- Canal
- Condomínios Horizontais
- Outros conjuntos habitacionais
- PMCMV Faixa 3
- PMCMV Faixa 2
- PMCMV Faixa 1
- Centro da Cidade
- ZEIS

1. ZEIS CATOLÉ DE ZÉ FERREIRA
2. ZEIS CATINGUEIRA
3. ZEIS TRÊS IRMÃS
4. ZEIS INVASÃO DA MACAÍBA
5. ZEIS INVASÃO DO VERDEJANTE
6. ZEIS NOVO CRUZEIRO
7. ZEIS 2
8. ZEIS INVASÃO DE SANTA CRUZ
9. INVASÃO DO CAIC
10. INVASÃO DAS MALVINAS
11. ZEIS BEIRA RIO
12. ZEIS NOSSA SENHORA APARECIDA
13. ZEIS INVASÃO RAMADINHA II
14. ZEIS PEDREGAL
15. ZEIS CALIFON/ESTAÇÃO VELHA
16. ZEIS INVASÃO DE BROTOS
17. MORRO DO URUBU
18. ZEIS JEREMIAS
19. ZEIS INVASÃO ALTO BRANCO
20. ZEIS JARDIM EUROPA
21. ZEIS VILA DE SANTA CRUZ
22. INVASÃO DO JARDIM CONTINENTAL

2 km
1:90 737



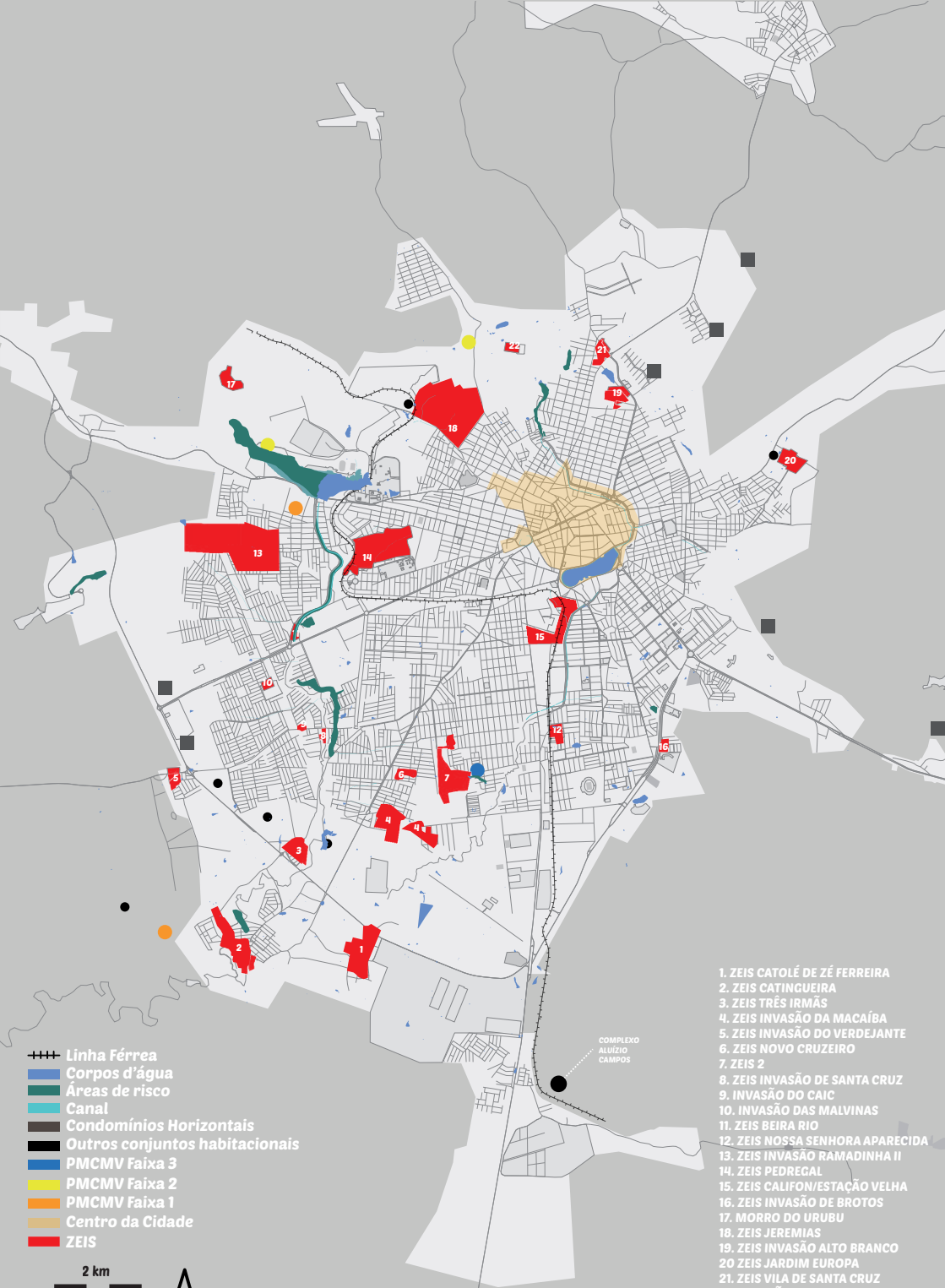
ANÁLISES

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Inicialmente, aplicou-se o Índice de Renda para a elaboração do primeiro mapa temático a compor o estudo (Imagem 16). As 5 faixas dos intervalos, que variam de 0,158 a 0,725, revelam as piores e melhores condições de renda respectivamente, espacializando a distribuição de classes de acordo com os dados do ano de 2010.

Como discutido nas discussões iniciais da pesquisa, as cidades capitalistas são ocupadas de acordo com a faixa de renda que se possui, sendo as porções mais estruturadas da cidade ocupadas pelas parcelas mais ricas da sociedade e as menos estruturadas, pelas parcelas mais pobres.

Desse modo, é possível perceber em um primeiro momento que a relação centro-periferia se apresenta ainda que de forma sutil, uma vez que as áreas periféricas contêm os valores mais baixos de renda e as áreas mais centrais, os mais altos. Ainda assim, não há uma leitura única do espaço, uma vez que há diferenciações e particularidades dentro de um mesmo bairro, pontuando exceções em áreas mais distantes do centro e em áreas mais centrais.



- +++ Linha Férrea
- Corpos d'água
- Áreas de risco
- Canal
- Condomínios Horizontais
- Outros conjuntos habitacionais
- PMCMV Faixa 3
- PMCMV Faixa 2
- PMCMV Faixa 1
- Centro da Cidade
- ZEIS

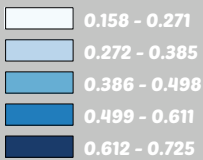
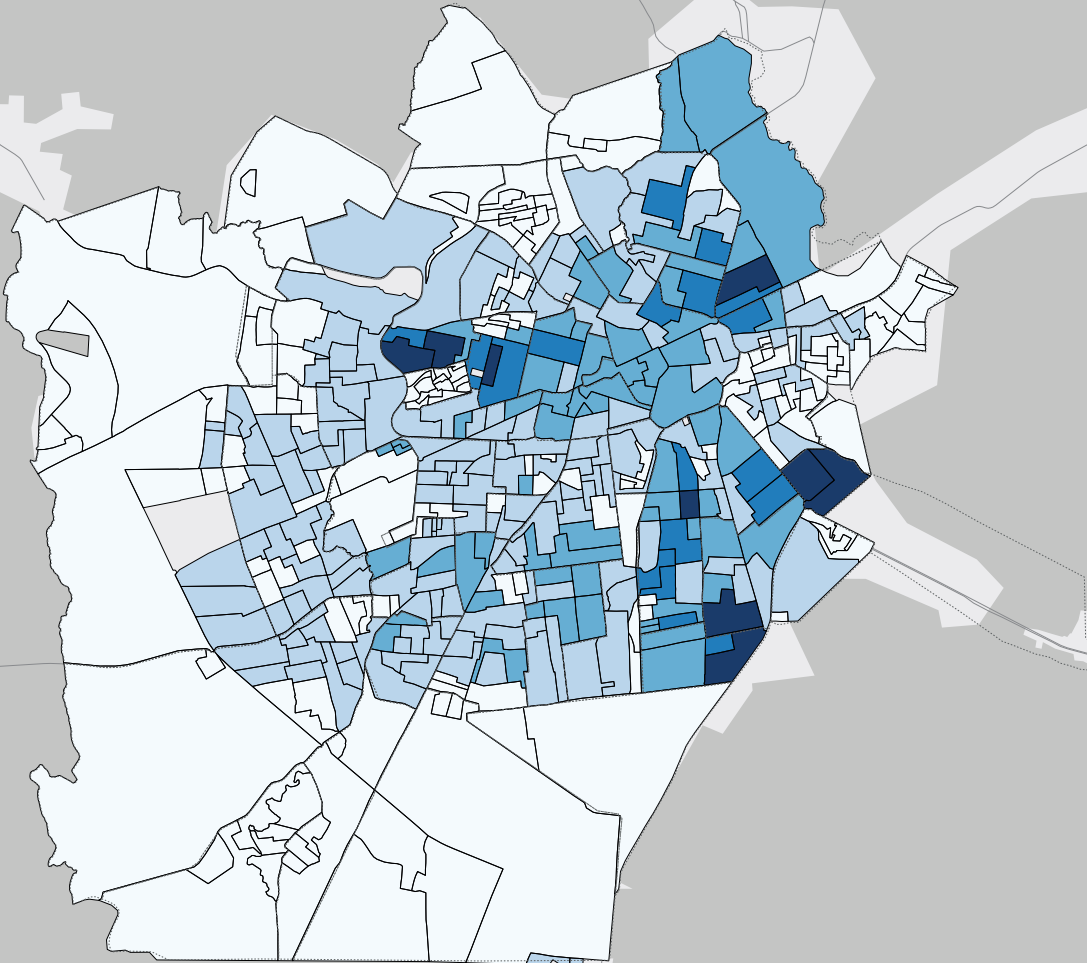
1. ZEIS CATOLÉ DE ZÉ FERREIRA
2. ZEIS CAATINGUEIRA
3. ZEIS TRÊS IRMÃS
4. ZEIS INVASÃO DA MACAÍBA
5. ZEIS INVASÃO DO VERDEJANTE
6. ZEIS NOVO CRUZEIRO
7. ZEIS 2
8. ZEIS INVASÃO DE SANTA CRUZ
9. INVASÃO DO CAIC
10. INVASÃO DAS MALVINAS
11. ZEIS BEIRA RIO
12. ZEIS NOSSA SENHORA APARECIDA
13. ZEIS INVASÃO RAMADINHA II
14. ZEIS PEDREGAL
15. ZEIS CALIFON/ESTAÇÃO VELHA
16. ZEIS INVASÃO DE BROTOS
17. MORRO DO URUBU
18. ZEIS JEREMIAS
19. ZEIS INVASÃO ALTO BRANCO
20. ZEIS JARDIM EUROPA
21. ZEIS VILA DE SANTA CRUZ
22. INVASÃO DO JARDIM CONTINENTAL

2 km



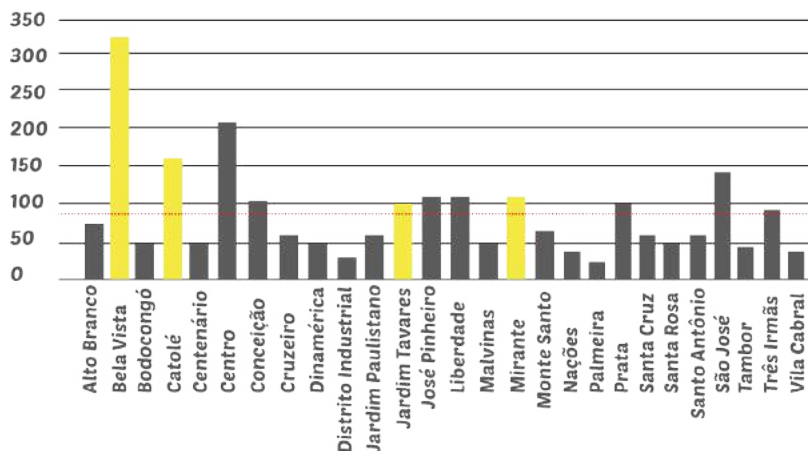
1:90 737

Figura 17. Mapa Indicador Renda



Existem 7 bairros que possuem setores censitários com os tons de azul mais fortes, representando as áreas com maior renda, sendo eles: Universitário, Bela Vista, Jardim Tavares, Mirante, Sandra Cavalcante, Itararé e Catolé. Os setores presentes nos bairros Catolé, Itararé, Sandra Cavalcante e Mirante estão localizados na alça sudeste da cidade. Apesar de se distanciarem mais do centro, estão contidos em bairros que possuem elementos fundamentais para a valorização do solo como grandes redes de supermercado, hotéis, o Partage Shopping/Colégio Motiva (Catolé) ou o Terminal Rodoviário (Mirante). Desde a sua construção, tais equipamentos geraram um aumento do valor do solo na região. A Imagem 18 abaixo elaborada por (BARBOZA, 2013) mostra o preço médio por m² do solo em alguns bairros na cidade no ano de 2010, onde 4 dos 7 bairros em questão estão presentes com valores acima da média estabelecida.

Imagem 18. Gráfico de valores por m² em alguns bairros de Campina Grande



Fonte: (BARBOZA, 2013) Elaboração: Jéssica Melo

As áreas que circundam o bairro da Bela Vista, desde os anos 60 possuem um eixo de investimentos voltados para as classes mais altas, sendo esta uma localidade de atração do setor imobiliário. Assim, nota-se que quando não se tratam de áreas próximas ao centro e que, portanto, recebem uma maior atenção por parte do poder público, são localidades de forte interesse da classe alta, que acabam por receber intervenções do setor privado.

Em relação aos setores que resultaram em um menor índice de renda, além das áreas mais afastadas do centro, é possível observar que praticamente todos coincidem com alguma ZEIS ou invasão, deixando clara a constatação de que é necessário ter determinada renda para se ter acesso completamente a cidade formal, estruturada e em pleno funcionamento. Sobre isso, (SILVA, 1986) explana:

[A] estrutura sócio-econômica de Campina Grande como parte da estrutura global da região e do país, condiciona a distribuição espacial da população mais desmunida dos chamados cinturões de miséria, na medida que a[...] (de) baixa renda auferida, ou mesmo, a ausência de renda desta população impõe o seu assentamento em habitações sub-normais, erguidas, na maioria dos casos, em lotes invadidos, o que provoca uma excessiva aglutinação de famílias migrantes em locais desprovidos das mais elementares condições de habitabilidade (SILVA, 1986, p. 72).

As Imagens 19 e 20 ilustram um pouco dessa realidade. Situadas nos bairros do Louzeiro e Santo Antônio respectivamente, é possível visualizar, ainda que em um recorte mínimo do todo, as diferenças no modo de morar e como isso reflete no direito à cidade.



Imagem 19. Casas em áreas de risco na Comunidade Rosa Mística

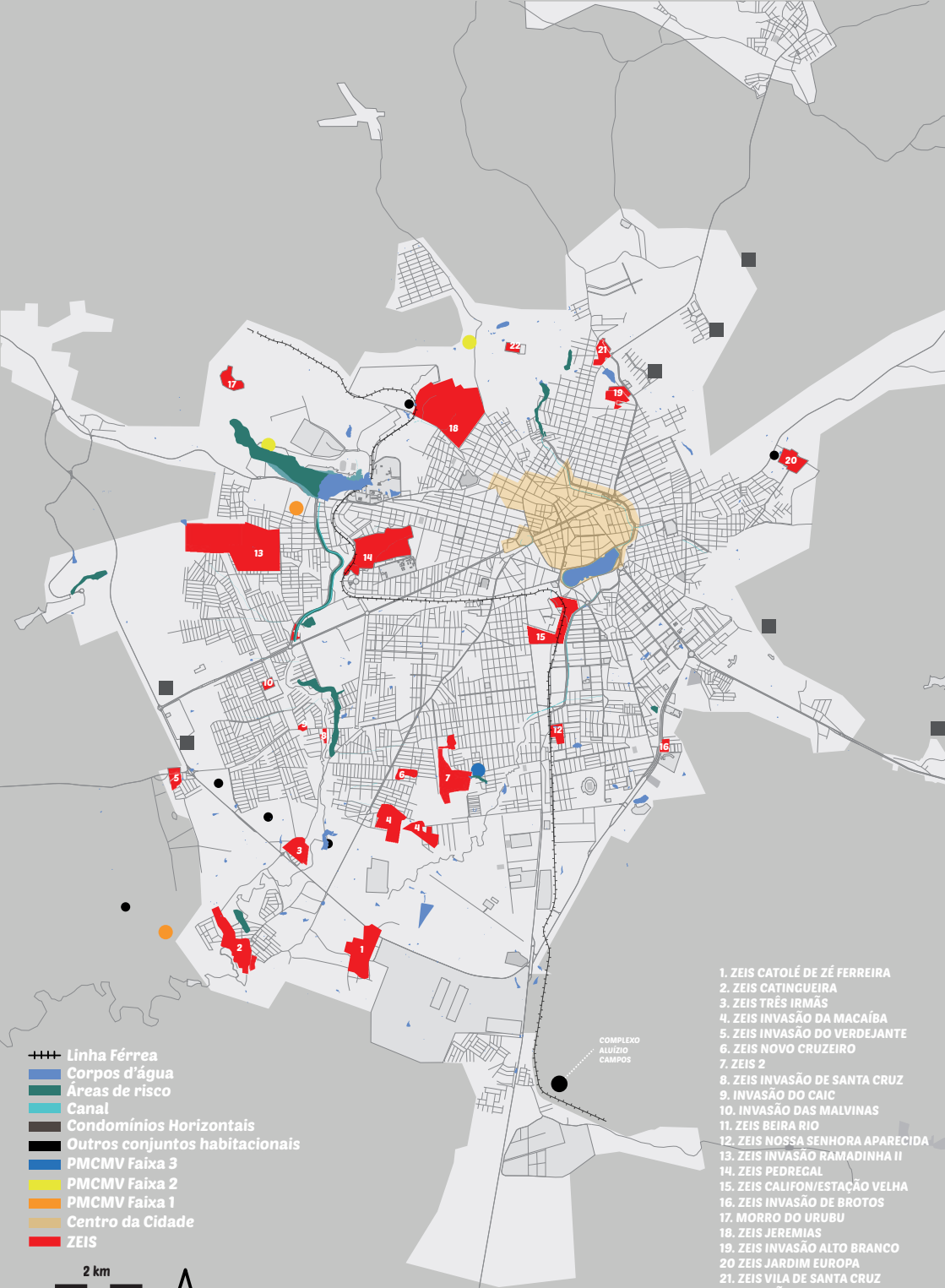


Imagem 20. Prédios no bairro Santo Antônio

Após a aplicação do Índice de Renda, realizou-se a aplicação do Índice de Alfabetização compondo o segundo mapa temático do trabalho (Imagem 21). Com valores variando de 0 a 1, este índice relaciona-se diretamente ao anterior, ainda que aparentemente seus resultados sejam majoritariamente positivos. Assim como o Mapa de Renda, o grau de alfabetização dos responsáveis pelos domicílios revela que aqueles com menores resultados estão presentes em área de ZEIS ou invasões, como o caso da Estação Velha.

Sendo causa ou consequência, a falta de oportunidades se atrela a falta de renda, refletindo no modo que a experiência na cidade é vivida. Responsáveis sem o grau mínimo de educação, que é a alfabetização, em sua maioria não conseguem acesso ao mercado formal, inserindo-se assim não só no mercado informal, mas na informalidade de uma forma geral, inclusive no tocante ao habitar.

Estando de fora da regularização fundiária e da Lei 6766/1979 referente ao parcelamento do solo, tais habitações se desenvolvem gradativamente em áreas não adequadas para o convívio humano e passa longe dos olhares do poder público.



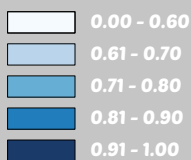
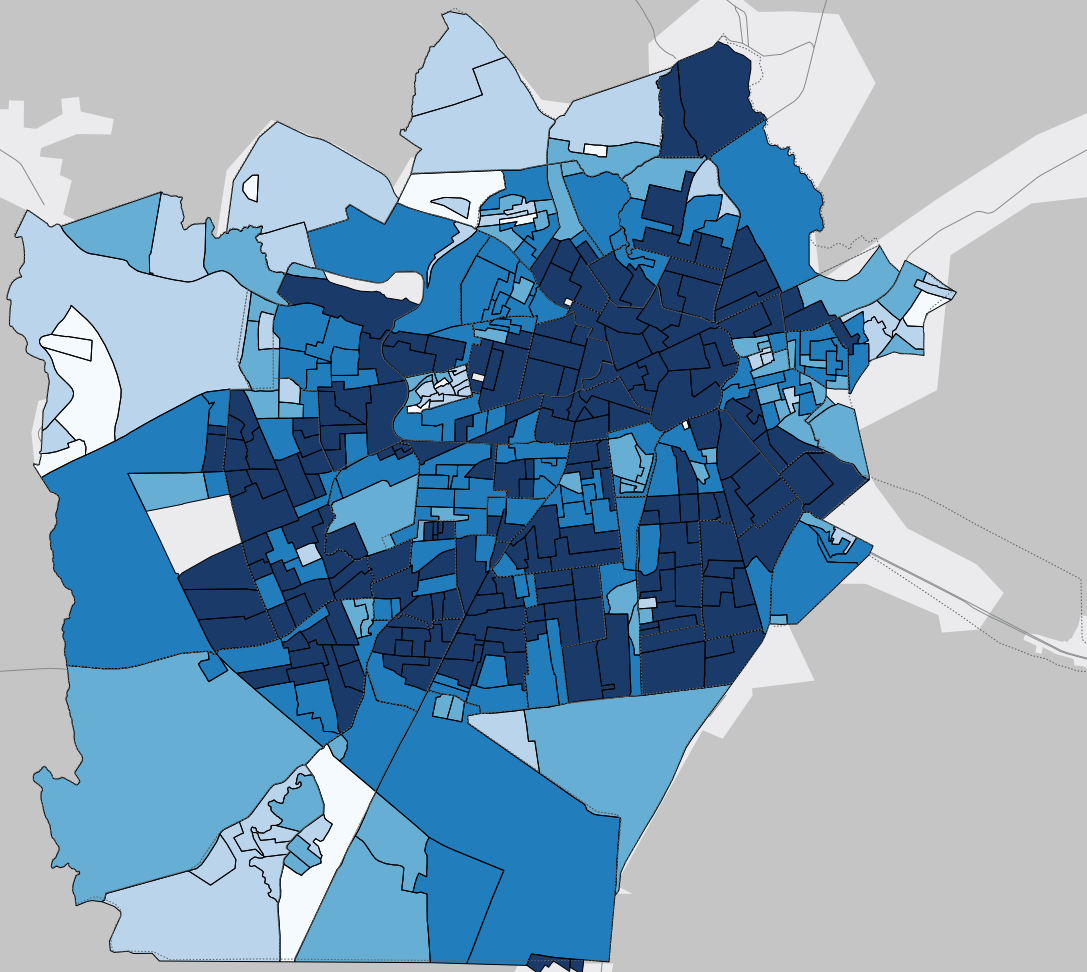
- +++ Linha Férrea
- Corpos d'água
- Áreas de risco
- Canal
- Condomínios Horizontais
- Outros conjuntos habitacionais
- PMCMV Faixa 3
- PMCMV Faixa 2
- PMCMV Faixa 1
- Centro da Cidade
- ZEIS

COMPLEXO ALUIZIO CAMPOS

1. ZEIS CATOLÉ DE ZÉ FERREIRA
2. ZEIS CATINCUEIRA
3. ZEIS TRÊS IRMÃS
4. ZEIS INVASÃO DA MACAÍBA
5. ZEIS INVASÃO DO VERDEJANTE
6. ZEIS NOVO CRUZEIRO
7. ZEIS 2
8. ZEIS INVASÃO DE SANTA CRUZ
9. INVASÃO DO CAIC
10. INVASÃO DAS MALVINAS
11. ZEIS BEIRA RIO
12. ZEIS NOSSA SENHORA APARECIDA
13. ZEIS INVASÃO RAMADINHA II
14. ZEIS PEDREGAL
15. ZEIS CALIFON/ESTAÇÃO VELHA
16. ZEIS INVASÃO DE BROTOS
17. MORRO DO URUBU
18. ZEIS JEREMIAS
19. ZEIS INVASÃO ALTO BRANCO
20. ZEIS JARDIM EUROPA
21. ZEIS VILA DE SANTA CRUZ
22. INVASÃO DO JARDIM CONTINENTAL



Figura 21. Mapa Indicador Alfabetização



CARACTERIZAÇÃO HABITACIONAL

Observando a Imagem 15, é possível visualizar a localização dos empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. A lógica de reprodução do programa se repete em toda a extensão do país, sendo esta uma das suas maiores críticas, uma vez que busca-se fragmentos periféricos, extensos – para a quantidade de unidades a serem construídas, e que possuam baixo valor, para que seja assegurado o lucro dos setores imobiliários.

Esse é um fator interessante de ser observado, inclusive. O único empreendimento com localização mais inserida na malha urbana se trata de um conjunto destinado a faixa 3¹ – maior faixa de renda a que se destinam as unidades habitacionais. Encontrou-se que os investidores imobiliários demonstravam pouco interesse em investir em empreendimentos para faixas mais populares.

Através da pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa Habitação e Cidade – GPHeC no ano de 2016 no conjunto habitacional Major Veneziano, localizado no Bairro Três Irmãs, encontrou-se relatos de moradores que diziam preferir a situação anterior que se encontravam. Apesar de se tratar de domicílios com menos qualidade e muitas vezes informais, havia uma constante crítica em relação às longas distâncias do restante da cidade e a falta de equipamentos públicos para atender a população residente no conjunto. Por outro lado, há também um grande número daqueles satisfeitos com a atual moradia, pois a realidade da casa própria possui grande e expressivo significado na condição de habitante da cidade.

Sendo um empreendimento faixa 1, justifica-se a escolha da sua localização e a falta de promoção dos serviços necessários a vida cotidiana das famílias. Isso levou a ocupação de terrenos vazios em

¹ A Faixa 3 destina-se a famílias com renda até R\$7.000,00

frente as unidades habitacionais por parte de moradores que iniciaram pontos de comércio e serviço, gerando uma renda complementar para a família, ou muitas vezes, a renda principal. (Imagem 22)

Sobre a condição em que se inserem os conjuntos habitacionais, Maia (2010) discorre:

Se por um lado esse investimento promove a regularização fundiária e uma melhoria na qualidade habitacional, por outro lado dá continuidade ao antigo processo de promover a valorização de áreas não edificadas, contribuindo para o enriquecimento dos proprietários fundiários e para o empobrecimento da classe trabalhadora, uma vez que esta passa a habitar cada vez mais distante do local de trabalho e dos serviços necessários. (MAIA, 2010, p. 3)

Desse modo, a regularização fundiária ocorre com um alto custo para essa parte da população, o que muitas vezes influencia na tomada de decisão por permanecerem na irregularidade.



Imagem 22. Comércio informal em frente ao Conjunto Habitacional Major Veneziano

Isso remete a outra situação explicitada no mapa, relativa a localização das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. Percebe-se um grande número de invasões e ocupações de assentamentos precários em áreas consideradas de risco, como é o caso da ZEIS Califon/ Estação Velha, que é cortada pela linha férrea e pelo canal. Isso explica o fato de um assentamento precário estar locado em uma porção valorizada da cidade como o Centro, e próxima a mais conhecida paisagem da mesma – o Açude Velho.

Tal espaço quebra a lógica centro-periferia, se estabelecendo como área de resistência em meio a edifícios arranha-céus que não param de se multiplicar ao seu redor. No entanto, o entorno imediato do canal que a corta oferece sérios riscos, não só relativos a desabamentos e alagamentos, mas em relação a salubridade, desviando assim a atenção do setor imobiliário. Para além dos promotores imobiliários e o estado, os grupos sociais excluídos que compõem tais áreas se configuram igualmente como modeladores do espaço, como aponta Correa (1989):

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentes dos outros agentes. A produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência (CORRÊA, 1989, p.30).

A dualidade que se instala no centro da cidade pode ser percebida nas Imagens 23 e 24 que se seguem. A primeira, da anteriormente citada ZEIS Califon/Estação velha, revela que a provisão de saneamento básico apesar de constar como satisfatória para toda a região do centro, ainda assim não garante a

qualidade de vida de famílias que se instalam nas margens do canal. Em lotes desregulados e com entorno precário, as habitações sobrevivem com o risco constante que a área oferece.

A segunda Imagem, referente ao entorno imediato do açude Velho, demonstra o setor privilegiado que os edifícios que o circundam ocupam, com vistas para uma das mais conhecidas paisagens da cidade. Nessa porção, o valor do solo atinge os mais altos valores, gerando o adensamento desenfreado na construção de prédios destinados a classe mais rica de Campina.



Imagem 23. Casas em situação de risco às margens do canal na ZEIS Califon



Imagem 24. Prédios no entorno do Açude Velho

No ano de 2000, Campina Grande já contava com 27 aglomerados subnormais, demonstrando a precarização da habitação na cidade. Um desses aglomerados se tratava da favela do Papelão, localizada em frente ao ginásio Meninão no bairro Dinamérica.

Se tratando de uma área totalmente precária e abandonada por parte do poder público, porém inserida em um bairro de grande interesse do setor imobiliário, as famílias componentes da ocupação foram transferidas para o conjunto habitacional Major Veneziano. O síndico de um dos empreendimentos relatara, no entanto, as dificuldades enfrentadas com os moradores que não se adaptavam a nova realidade de configuração habitacional, nem a inserção do conjunto. Sobre a atuação combinada do Estado e dos promotores imobiliários, Maia (2010) comenta:

[...] é na periferia, nas áreas apartadas da cidade onde se encontram tanto os loteamentos fechados da população de alta renda, como os novos conjuntos habitacionais construídos pelo Estado para a população de baixa renda, particularmente, pessoas removidas das favelas que se encontravam no interior da malha urbana. Percebe-se, portanto, a atuação de dois agentes da produção do espaço urbano: o Estado e os grandes incorporadores imobiliários. (MAIA, 2010, p. 3)

Em relação a alça sudoeste da cidade, o local abrigava um lixão da cidade desativado no ano de 2012, recebendo assim investimentos por parte do poder público e da iniciativa privada. Pouco tempo depois, iniciou-se a construção do primeiro condomínio horizontal da região, o SerraVile Residence Privê. A mudança da paisagem e aumento da valorização do solo fizeram com que a área se inserisse de vez no mercado imobiliário, levando a construção de outros condomínios fechados como o ParkVille Residence e o Montevile

Residence Privê. É interessante observar que esses condomínios fechados se localizam a poucos metros de outros conjuntos habitacionais providos pelo governo e da ZEIS Invasão do Verdejante. Apesar de estarem todos esses elementos inseridos em uma mesma porção da cidade, as formas de vivenciá-la são completamente diferentes. Como descreve (GOMES, 2000), as “ilhas utópicas” que representam os condomínios fechados fragmentam a cidade incitando o individualismo e a negação dos problemas e do viver coletivo.

De mesmo modo, a região Nordeste da cidade possui também um eixo de expansão, atraindo a atenção do mercado imobiliário para os bairros do Alto Branco, Nações e Jardim Tavares, considerados de alta renda. Por esse motivo, são localizações propícias para a construção de novos condomínios horizontais fechados, somando-se também o fato de estarem próximos as bordas do perímetro urbano, possuindo grandes vazios e fácil acessibilidade a BR 104.

A Imagem 25 mostra mais um paradoxo em relação a mesma área, aqui se tratando de uma região periférica da cidade. Situados na região Oeste da cidade, o condomínio horizontal fechado Monteville Residence Privê e o conjunto habitacional do governo são separados por um muro. No entanto, oferecem duas formas completamente distintas de habitar. Enquanto o primeiro garante uma experiência de “tranquilidade e conforto”, o segundo se insere em uma situação de abandono do restante da cidade.

Nas palavras do site que anuncia o conjunto: “Os condomínios horizontais representam hoje um estilo de vida, aonde além de poder construir a casa dos sonhos, os moradores desfrutarão de segurança, liberdade, lazer e contato com a natureza, que só um projeto como o Monteville Residence Privê oferece.” revelando em que baseia sua estratégia de venda.



Monteville
Residence Privé



Conjunto
Habitacional

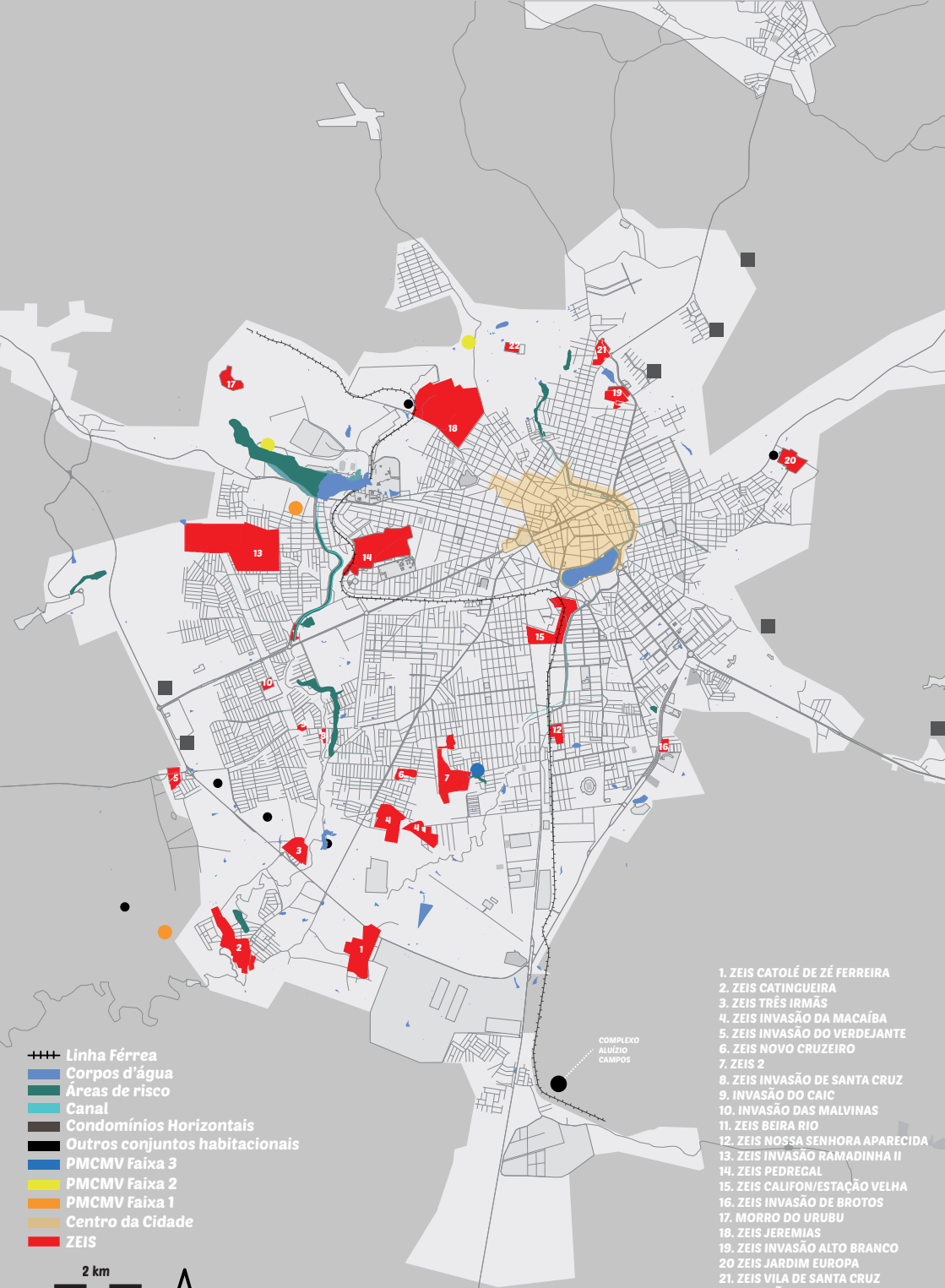
Imagem 25. Dualidade entre condomínio fechado e conjunto habitacional

O Índice Domiciliar ID aplicado visa espacializar informações referentes aos domicílios e ao seu entorno imediato. Com valores variantes de 0,669 a 0,965, as piores e melhores situação não apresentam grandes diferenças visualmente falando, uma vez que os tons mais escuros predominam em quase toda a cidade.

O primeiro conjunto de variáveis que compõe o Índice é em relação aos serviços públicos de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Coleta de Lixo. É sabido que quantitativamente há a oferta eficaz de serviços em grande parte da cidade, porém, não há uma análise de forma qualitativa que demonstre o modo que esses serviços chegam até as localidades. Ainda, outro fator deve ser levado em consideração, como afirma (SILVA, 2010):

A simples constatação das características externas e de infraestrutura não é suficiente para identificar e tipificar as áreas precárias da cidade e também pode servir para que prefeituras, como é o caso de Campina Grande, neguem a existência de favelas na cidade. É como se, dotando tais espaços de equipamentos como água, energia elétrica, calçamento e transporte, mudasse a condição primeira: a questão da insegurança jurídica da posse da terra. (SILVA, 2010, p. 92)

Ainda que os assentamentos precários estejam inseridos em áreas atendidas pelo abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, o déficit habitacional e informalidade sob a posse da terra se configuram como barreiras enfrentadas cotidianamente por uma parcela expressiva da população.



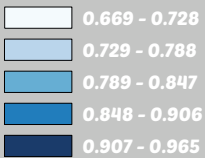
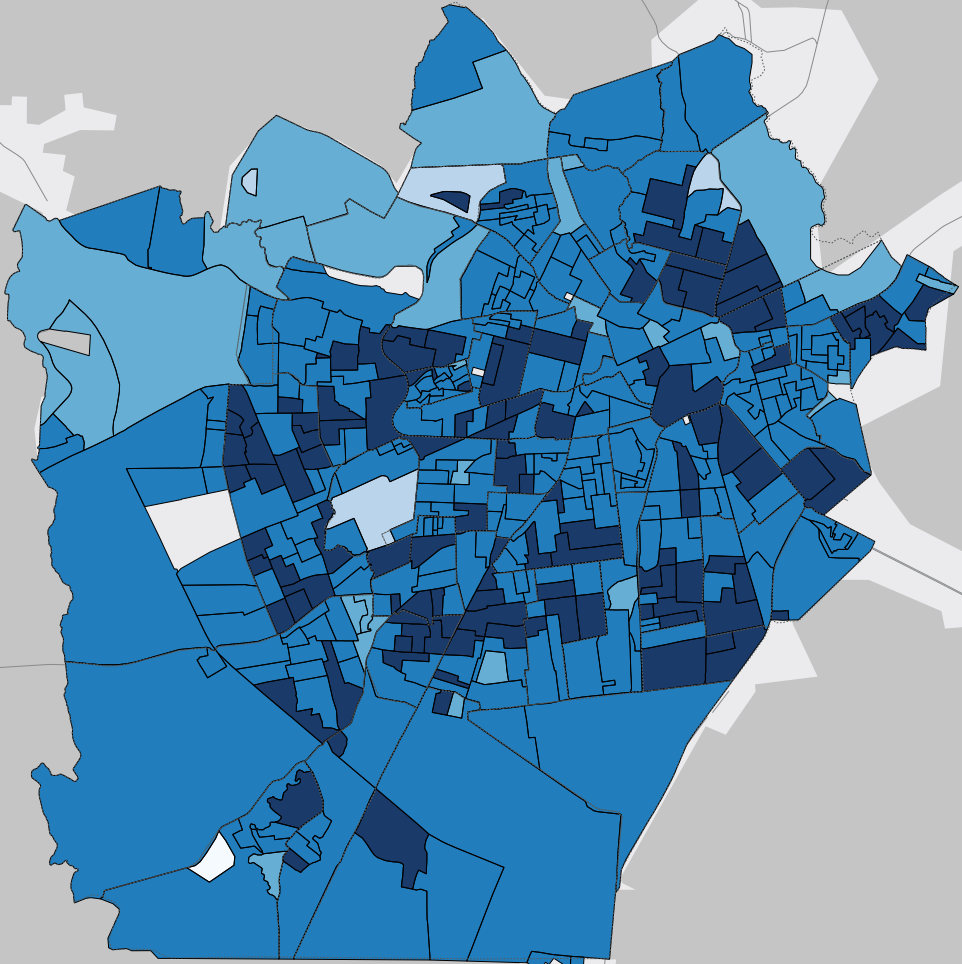
- +++ Linha Férrea
- Corpos d'água
- Áreas de risco
- Canal
- Condomínios Horizontais
- Outros conjuntos habitacionais
- PMCMV Faixa 3
- PMCMV Faixa 2
- PMCMV Faixa 1
- Centro da Cidade
- ZEIS

1. ZEIS CATOLÉ DE ZÉ FERREIRA
2. ZEIS CAATINGUEIRA
3. ZEIS TRÊS IRMÃS
4. ZEIS INVASÃO DA MACAÍBA
5. ZEIS INVASÃO DO VERDEJANTE
6. ZEIS NOVO CRUZEIRO
7. ZEIS 2
8. ZEIS INVASÃO DE SANTA CRUZ
9. INVASÃO DO CAIC
10. INVASÃO DAS MALVINAS
11. ZEIS BEIRA RIO
12. ZEIS NOSSA SENHORA APARECIDA
13. ZEIS INVASÃO RAMADINHA II
14. ZEIS PEDREGAL
15. ZEIS CALIFON/ESTACÃO VELHA
16. ZEIS INVASÃO DE BROTOS
17. MORRO DO URUBU
18. ZEIS JEREMIAS
19. ZEIS INVASÃO ALTO BRANCO
20. ZEIS JARDIM EUROPA
21. ZEIS VILA DE SANTA CRUZ
22. INVASÃO DO JARDIM CONTINENTAL

2 km

1:90 737

Figura 26. Mapa Indicador Domiciliar ID



Outros dois conjuntos de variáveis se somam a configuração final do Índice Domiciliar, a saber o TIPO e OCUPA. O primeiro, relativo a quantidade de banheiros por domicílio e o segundo em relação a natureza da ocupação, combinados com as variáveis do SANEAMENTO revelam as áreas que possuem maiores valores nos três pontos.

É possível observar que essas áreas que se destacam nos três pontos, seguem a tendência de espacialização dos outros mapas temáticos já apresentados, onde há a presença de classes com renda mais alta e altos níveis de alfabetização. Isso mostra a relação direta que esses três universos possuem na distribuição de desigualdades intraurbanas, considerando o caso da cidade de Campina Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades brasileiras, distribuídas em um vasto território de cerca de 9 milhões de km², apresentam a diversidade do país em tamanhos, formas, limites e paisagens. É curioso, no entanto, observar que um traço se repete em praticamente todas elas: a desigualdade social. Em um território com uma bagagem e herança escravocratas, observa-se a reprodução da segregação socioespacial desde os anos em que os escravos libertos se direcionaram para as periferias da cidade quando em busca de um lugar para morar, agora não mais obrigados a conviverem com seus “senhores”. Desde então, a posse da terra substituiu a posse do escravo como símbolo de riqueza (ROLNIK, 1991).

Em meio a leituras que iniciaram as reflexões resultantes no produto apresentado, encontra-se que a configuração atual das cidades tem suas raízes na lógica capitalista que entrega a hegemonia das dinâmicas territoriais ao mercado, relegando uma grande e expressiva parcela da população ao abandono.

Porém, é preciso estender esse entendimento do espaço urbano e suas relações para o que se tem compreendido por cidade, por parte dos seus moradores. Sob a justificativa da multiplicação da criminalidade, as ruas perdem a vida, os muros crescem-se a vias sem olhos, e a diversidade que compõe o organismo vivo e pulsante que deveria ser a cidade desfalece. No caminho oposto, Jacobs (1961) já atestava que são justamente esses fatores os responsáveis pelo aumento das taxas de violência. Como consequência, a individualidade em detrimento do coletivo gera uma urbe fragmentada e desarticulada, palco da reprodução de desigualdades crescentes.

Essas desigualdades refletem diretamente na forma com que se dá o acesso à moradia. Muito mais do que um teto, o habitar se realiza na integração da vida urbana, no acesso aos bens e serviços oferecidos, nas relações que conferem dignidade ao indivíduo. Porém, com a ação do setor imobiliário determinando quem e como se pode fazer parte dessa dinâmica, a informalidade passa a ser a única forma que parte da população encontra para se estabelecer.

A presente pesquisa se propôs a analisar mais de perto a realidade da cidade de Campina Grande, cidade média do interior da Paraíba, sendo esta escala ainda pouco explorada nos estudos urbanos realizados. Apesar de não possuir uma extensão tão vasta quanto a de capitais e grandes aglomerados urbanos, foi possível detectar tendências que afetam diretamente a qualidade de vida dos seus moradores, retirando o direito à cidade e moradia adequada que deveriam ser assegurados por parte do poder público.

Sendo inserida desde os tempos do auge da economia algodoeira em um contexto de desenvolvimento acelerado, Campina passa por uma urbanização excludente, pautada por vários ciclos de busca pela modernização e embelezamento. Para além do centro da cidade, bairros em que se instalam equipamentos atrativos das classes mais altas promovem uma expulsão da camada mais pobre por meio da especulação imobiliária e aumento do valor do solo. Nesse contexto, espaços de resistência se instalam, envoltos a áreas de risco e situações precárias de subsistência.

Não é tão fácil perceber essa realidade em um passeio pelas ruas de Campina Grande, especialmente inebriada pelo seu cartão postal – a conhecida paisagem do Açude Velho. Ainda que estejam lá, as casas comprimidas umas às outras, as crianças brincando descalças perto do entulho de lixo, a fal

ta de acessibilidade das calçadas acidentadas. Peço licença para empregar um tom pessoal ao texto, a partir de então.

No 4º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo, nos foi proposta uma intervenção na cidade para o projeto de um parque urbano. Escolhemos o bairro do Louzeiro (do qual a fotografia ilustra a capa deste trabalho), onde encontramos no grande vazio urbano da Mata do Louzeiro um enorme potencial paisagístico. Elaboramos questionários para que pudéssemos entender os anseios da população do seu entorno, e por aqueles breves momentos de contato pudemos sonhar junto com eles um destino para aquela área abandonada da cidade. Sentados nas calçadas nem sempre dotadas de infraestrutura adequada, nos foi compartilhado o desejo de que houvessem áreas de lazer e convívio que eles pudessem acessar, que não o shopping ou o parque da criança a alguns muitos metros dali.

No entorno da Mata, tivemos a oportunidade de conhecer a Comunidade Rosa Mística, inserida às margens do Riacho das Piabas e do canal que o precede. Ali, as habitações se fincam em condições muitas vezes subumanas, com baixos níveis de salubridade e alto índice de criminalidade. No 5º semestre, a proposta era de projetar um conjunto habitacional para a área da ZEIS Califon/Estação Velha, onde descobrimos haver uma área de alagamento e, portanto, de risco para os seus moradores, além do entorno do canal em que se instalavam cada vez mais moradias.

Ainda por este ano, as pesquisas de extensão, coordenado pela Profª Livia Miranda, acerca de dois conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida permitiram a aproximação com a população a qual eram destinados. No empreendimento de faixa 1, lembro-me de ser alertada que os últimos blocos daquela unidade eram extremamente perigosos – para depois des

cobrir que era ali que residiam os antigos moradores da favela do papelão, transferidos para o local. Aquele comportamento apontava para uma segregação até mesmo dentro do próprio conjunto. Foi ali que, conversando com uma moradora, escutei seu choro de desabafo por não conseguir atendimento no posto de saúde do bairro vizinho. Embora não houvesse esse equipamento a menos de 20 minutos de caminhada, não poderia ser atendida pelo fato de sua residência não pertencer ao mesmo bairro: “A gente se sente excluído não só do bairro, mas do mapa”.

As inquietações acumuladas ao longo das experiências vividas nos 5 anos da graduação, resultaram no desejo de se elaborar este trabalho de conclusão de curso. Ainda que exista o senso comum das tendências e dos porquês, espera-se que os relatos e informações sistematizadas aqui sirvam para gerar reflexões acerca das expressões das desigualdades intraurbanas no tocante ao habitar. Espera-se contribuir para as potencialidades na utilização de ferramentas para análise das desigualdades territoriais na forma de indicadores e índices. Essas ferramentas têm a potencialidade de sistematizar informações, conferindo caráter científico ao senso comum. Espera-se também contribuir para a formulação de novas políticas destinadas à redução das disparidades na forma de vivenciar a cidade, promovendo a justiça social.

Finalizo, portanto, com esta frase do Livro dos Conselhos de El Rei Duarte, citada por José Saramago em sua obra “Ensaio sobre a cegueira”: “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. Que as reflexões contidas nesse estudo suscitem novos objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anjos, K. L. (2013). Mercado Imobiliário de aluguel em áreas pobres e as transformações urbanas e ambientais. Recife.
- Araújo, V., & Flores, P. (2017). Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 159-182.
- Bellen, H.M. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- Botelho, A. (2007). O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- Cardoso, A. L. (2002). Política habitacional: a descentralização perversa. *Cadernos IPPUR*, 107.
- Carley, M. (1985). Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cezar, M. d., & Costa, L. P. (1992). Lutas populares por habitação. Recife: Fase.
- Correa, R. L. (1989). O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática S.A.
- Costa, L. B. (2013). Estruturação da cidade de Campina Grande: estratégias e intencionalidades do mercado imobiliário. João Pessoa.
- Faulhaber, L. (2012). Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI. Rio de Janeiro.
- Ferreira, M. C. (2013). Desigualdades socioespaciais: produção do espaço e política habitacional de interesse social em Parnamirim/RN. Natal.
- Filho, M. B. (2006). As multiplas escalas da diversidade intra-urbana: uma análise de padrões socioespaciais no Recife (Brasil). Recife.

Guia, G. A., & Cidade, L. C. (2010). Segregação residencial e reprodução de desigualdades socioespaciais no aglomerado urbano de Brasília. *Caderno Metrópoles*, 145-168.

IBGE. (2016). *Tipologia Intraurbana: Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil*.

Jacobs, J. (1961). *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Januzzi, P. d. (2001). *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Alínea.

Lacerda, N. (2012). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda.

Lefebvre, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora.

Lefebvre, H. (1999). *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Lojkin, J. (1997). *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

Maia, D. S. (2010). A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-pb, Brasil. *La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación*, 2.

Maques, E., & Rodrigues, L. (2013). O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação. *R.B. Estudos Urbanos e Regionais*, 159-177.

Maricato, E. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. São Paulo: Editora Vozes.

Maricato, E. (2003). *Metrópole, legislação e desigualdade*. *Estudos Avançados*, 153.

Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. *Expressão Popular*.

- Marinho, G. (1998). Uma política inovadores de urbanização no Recife. Recife.
- Motta, E. M. (2017). Medidando a desigualdade socioespaciais: os aglomerados subnormais em Belo Horizonte. XVII Enanpur, 1-15.
- Queiroga, R. I., & Cavalcante, K. F. (s.d.). CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS: A DINÂMICA DA PAISAGEM NO ENTORNO DA ALÇA SUDOESTE EM CAMPINA GRANDE/PB. IV CONEDU, 1-10.
- Rolnik, R. (1997). A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp.
- Rolnik, R. (2017). Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era de finanças. São Paulo: Boitempo.
- Santos, M. (2006). A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp.
- SDH/PR. (2013). Direito à moradia adequada.
- Silva, J. B. (2008). Panorama da geografia brasileira.
- Singer, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: Maricato, Ermínia 1978 (org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- Souza, S. V. (2010). Problemática habitacional: Uma análise do processo de periferização da cidade de Campina Grande - PB. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos.
- Sposati, A. (2001). Cidade em pedaços. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Vieira, D. C., Rodrigues, J. C., & Rodrigues, J. C. (2018). MAPEAMENTO E ANÁLISE DE DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: ABORDAGEM INTERPRETATIVA A PARTIR DA CIDADE DE BELÉM, PARÁ. Revista Geosaberes, 1-21.